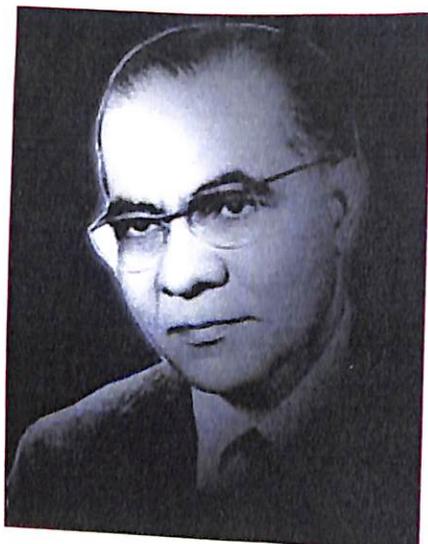
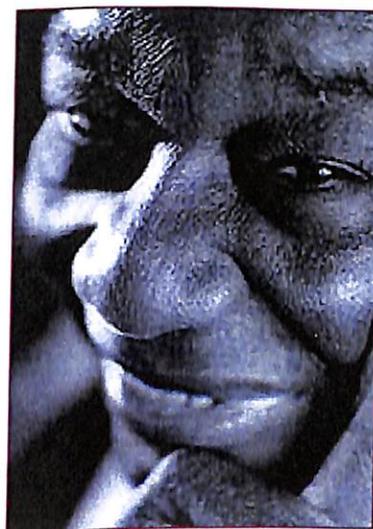


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GEOGRAFIAS DA DESIGUALDADE TERRITÓRIO E FOME



Josué de Castro



Milton Santos

Monografia

Aluno: Fábio Tozi

Orientadora: Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza

Campinas, novembro de 2001

TCC/UNICAMP
T669g
1290004387/IG

2010 00390

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS	
N.º CHAMADA 76699	
V. _____	EX. _____
TOMBO BC/ 4287	
TOMBO IGI/ 003	
PROC. 16-134-10	
C <input type="checkbox"/>	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO R\$ 11,00	
DATA 11/01/10	
° CPD _____	

cad. tit. 769425

1. Geografia humana
2. Fome
3. Território nacional

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, sob a orientação da Professora Doutora Maria Adélia Aparecida de Souza, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Capa: A foto de Josué de Castro tem como fonte <http://www.biblio.ufpe.br/josue/>.
A foto de Milton Santos foi obtida na internet, no sítio <http://www.campinas.sp.gov.br>.

ÍNDICE

Agradecimentos	5
Introdução	8
1 SUBNUTRIÇÃO: ENTRE A VISÃO BIOLÓGICA DA FOME E SUA INTERPRETAÇÃO SOCIOESPACIAL	11
2 PENSANDO AS DESIGUALDADES A PARTIR DAS NECESSIDADES, DO TERRITÓRIO, DA ABUNDÂNCIA E DA ESCASSEZ	19
2.1. Do espaço natural ao espaço geográfico e das necessidades fundamentais à explosão das necessidades induzidas	19
2.2. Da necessidade à escassez, da abundância à escassez produzidas	22
3 O USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	26
3.1. O uso do território e a revelação das desigualdades	26
3.2. Aspectos da abundância: o uso agrícola do território brasileiro	29
4 FOME, SUBNUTRIÇÃO E AS DESIGUALDADES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO	49
Considerações Finais	61
Bibliografia	64

ÍNDICE DE TABELAS, MAPAS E GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - BRASIL: Produção de soja 1961 - 1997 em milhões de toneladas	30
GRÁFICO 2 - BRASIL: Produção de carne de aves 1961 - 1997 em milhões de toneladas	30
GRÁFICO 3 - BRASIL: Produção de ovos 1961 - 1997 em milhões de toneladas	31
GRÁFICO 4 - BRASIL: Produção de trigo 1961 - 1997 em milhões de toneladas	31
GRÁFICO 5- BRASIL: Produção de carne de vaca 1961 - 1997 em milhões de toneladas	32
GRÁFICO 6 - BRASIL: Produção arroz 1961 - 1997 em milhões de toneladas	32
GRÁFICO 7 - BRASIL: Produção de feijão 1961 - 1997 em milhões de toneladas	33
GRÁFICO 8 - BRASIL: Área de Plantio e Produção Brasileira de Grãos	41
TABELA 1 - Os cem maiores grupos agro-industriais no mundo (segundo faturamento, em 1987)	44
TABELA 2 - Participação dos EUA nas exportações mundiais (média entre os anos 1986 - 1988)	45
TABELA 3 – BRASIL: As 20 Maiores empresas do setor de alimentos por vendas – 2000	45
TABELA 4 - Necessidades nutricionais de bebês e crianças, por idade	52
MAPA 1 – BRASIL: Produção de soja em 1999 (toneladas)	34
MAPA 2 – BRASIL: Produção de leite em 1999 (mil litros)	36
MAPA 3 – BRASIL: Produção de milho em 1999 (toneladas)	38
MAPA 4 – BRASIL: Produção de arroz em 1999 (toneladas)	39
MAPA 5 – BRASIL: Prevalência (%) de retardo de crescimento na infância - 1989	49
MAPA 6 – BRASIL: Prevalência Total (%) de desnutrição em crianças até de 5 anos por região – 1989	50
MAPA 7 – BRASIL: Mortalidade Infantil por mil nascidos em 1998	52
MAPA 8 – BRASIL: População (%) com menos de 1 ano de estudo (1996-1999)	53
MAPA 9 – BRASIL: Distribuição Geográfica das Instituições de Ensino Superior – 1996	55
MAPA 10 – BRASIL: Grau de urbanização - 1999	56
MAPA 11 – BRASIL: Taxa de Pobreza – 1999	57
MAPA 12 – BRASIL: Distribuição territorial da rede rodoviária e de estradas	58
MAPA 13 – BRASIL: População (%) com acesso à rede de esgoto - 1991	59

AGRADECIMENTOS

O rigor do texto acadêmico chama agora ao agradecimento àqueles que se tornam, na verdade, co-autores desta pesquisa. Espero não fazer destes *agradecimentos* algo que apenas cumpra esta formalidade acadêmica. Espero que as pessoas do meu convívio reconheçam o cotidiano como momento mútuo de aprendizado e de agradecimento, como foram para mim. Sei que não lembrarei de todos nesta ocasião.

O momento me faz lembrar primeiramente de Heloísa Molina Lopes, única a compartilhar e entender as angústias de ser formando, companhia das crises e das alegrias de uma monografia, de um curso.

A Carin Carrer Gomes, flor amarela do curso. A mais paciente, a mais serena, a que mantém seus princípios e é sincera. Pra quem a Geografia é vida, razão e emoção.

A Ricardo de Alencar, que me ensinou que o tempo é multidimensional.

Aos grandes amigos da primeira turma de Geografia da Unicamp: Pablo Ibañez, Mario Lamas, Rafael Marcos Bochini, Mariana Vercesi, Virna Carvalho (que sempre surpreende), Samuel Frederico, João Paulo Amaral, Lise Mielnik (e Cauã), Herbert Lopes, e Luciana Johan, ainda presente em outras maneiras.

Ao Júlio Alexandre Carvalho (Geologia), Priscilla Simone Dias, Fabíola Lana Iози e Adriana Silva (Pedagoga da Libertação). Agradeço também àqueles todos que, entendendo a importância da Universidade e da Geografia, transformam muito de seu tempo à construção de algo melhor aqui neste Instituto ou em outros da Unicamp e também fora dela, especialmente os novos alunos de Geografia.

Agradeço a meus pais Maria e Ercílio e meus irmãos Rafael e Osmar, que nunca entenderam muito bem o que eu fazia, mas aos quais nunca tive paciência de explicar.

Aos professores e funcionários do Instituto de Geociências, e mais especificamente aos professores do recém criado Departamento de Geografia.

Ao Professor Lobão, não sei se Geólogo ou Filósofo (e não há porque separar uma coisa da outra coisa).

Aos professores Marcio Cataia e Ricardo Castillo, com quem pude conversar sobre esta pesquisa e a quem devo momentos de muita alegria no contato com a Geografia.

O agradecimento mais sincero faço à Professora Maria Adélia de Souza, professora em tempo integral, que me fazendo ver a beleza da Geografia, revolucionou minha visão de mundo bem como a de todos aqueles que com ela podem ter o prazer de compartilhar momentos. Admiro sua paixão pela vida, pela Geografia, pelo ensino e pelos seus alunos. Maria Adélia é a esperança renovada a cada instante.

“...

*E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte Severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida)
...”*

João Cabral de Melo Neto. *Morte e Vida Severina*. In “Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes”. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994. 34ª edição, p. 30.

INTRODUÇÃO

Cinquenta anos após a publicação da *Geografia da Fome e Geopolítica da Fome* de Josué de Castro, a fome ainda se mantém e se perpetua como manifestação perversa das desigualdades do mundo. Suas obras são verdadeiras denúncias políticas sobre a situação de vida de milhões de pessoas em todos os territórios e em todos os períodos da humanidade.

A fome persiste, mas é preciso requalificar o mundo que hoje a produz. O progresso técnico desenvolvido e acumulado pela humanidade cria as bases materiais que tornam a abundância possível. Mas a carência se mantém. A sucessão histórica dos períodos e a contínua complexização das relações sócioespaciais geram novos vetores de mudança que agora atingem todo o espaço e que precisam ser considerados. O período atual tem suas relações caracterizadas por processos de bases científicas, técnicas e informacionais e passa a ter a globalização como elemento caracterizador SANTOS (1998; 1999).

Quando o brasileiro Josué de Castro lançou sua obra sobre a Fome, lançou também um desafio que a Geografia enfrenta até os dias de hoje. Dizia ele que a Geografia que buscava “... *tratava de outro aspecto das relações do homem com o meio: tratava, exatamente, daquilo que o homem não faz, não soube ou não quis fazer. Tratava das possibilidades geográficas que ele não aproveitou... não era uma Geografia das grandezas humanas, mas uma Geografia de suas misérias*” (1951: 11). A tentativa hoje de revelar o aspecto perverso dessa globalização e a preocupação com uma Geografia não só das redes, mas de outros elementos do espaço, de todo o espaço, faz com que a fome e as desigualdades tenham que ser abordadas, faz emergirem as Geografias da Desigualdade (SOUZA, 1996): “*Há que se refletir sobre a Geografia da Fome e da Guerra, como agravamento das desigualdades sociais e territoriais, como geografias da globalização perversa*” (idem, 1996: 24).

O avanço metodológico e epistemológico que a Geografia mundial, e especialmente a brasileira, tiveram nas últimas décadas faz cair novos olhares sobre a interpretação do espaço, sobre as relações sociais, sobre os eventos no mundo. Os avanços teóricos, somados aos avanços técnicos e empíricos permitem não mais apenas descrever, mas interpretar, conhecer o espaço em profundidade, não mais separado em escalas, mas unido em diferentes solidariedades. O espaço passa a ser compreendido como uma totalidade (SANTOS, 1999).

Soa estranho, dessa maneira a utilização de nomes como *Geografia da Fome* ou *Geografias da Subnutrição*. A Geografia na acepção por nós entendida é una e não setorializada. Todos os movimentos da história da humanidade se concretizam nos territórios e formam uma Geografia que é única, porém territorialmente desigual. Estas denominações se justificam apenas ao se constituírem em estímulos à análise geográfica de um problema social comum mundialmente; remetem também a uma homenagem a Josué de Castro, um dos mais importantes estudiosos da fome no Brasil e no mundo, da reconhecida *Geografia da Fome*.

As concreções do espaço (território, lugar, região e paisagem), conceitos constantemente revistos e incorporados das mudanças históricas, afinam-se com a instantaneidade dos eventos do mundo (idem, 1999). A Geografia no Brasil, de forma alguma se isolando, mas ao contrário tornando-se universal com base no conhecimento da sua Formação Sócioespacial é capaz de produzir hoje a sua interpretação sobre os eventos na escala planetária. Se Josué de Castro foi responsável por enfrentar o tabu da fome, em inovar sobre a interpretação política da fome, Milton Santos enfrenta o tabu do espaço, faz perceber a importância do conhecimento filosófico do nosso objeto de estudo - *o espaço geográfico* - aproxima ainda mais a Geografia da Política. E Josué e Milton norteiam este trabalho, a partir da interpretação modesta de um aluno de graduação acerca das obras de dois autênticos revolucionários.

A fome não pode ser compreendida isoladamente, pois é parte de um conjunto de desigualdades que se combinam e se somam nos diferentes lugares e nos diferentes períodos. À alimentação – necessidade vital – acrescentam-se outras necessidades, produzidas, induzidas pela expansão de um modo de produção que privilegia a reprodução do capital e cuja decorrência é a rápida proliferação de desigualdades, de novas abundâncias, mas também de novas escassezes.

Esta monografia inicia o item 1 discutindo a fome como problema e a fome como subjetividade; a impossibilidade da definição do conceito e a recorrência às ciências da nutrição e da medicina para o desenvolvimento de técnicas que permitam tornar a fome quantificável. Disso decorre uma discussão central que discorre sobre as limitações ao entendimento da fome - fenômeno socioespacial - a partir de ciências pautadas na biologia e na fisiologia.

As desigualdades sociais, ou melhor analisando, sócioespaciais refletem características dos distintos períodos históricos, se transformam, relacionam-se com os novos elementos presentes em cada momento e antes inexistentes. Os lugares com o

avanço da mobilidade (das pessoas, dos produtos, dos objetos, das informações), passam a conhecer os conteúdos dos outros lugares, e o que era estranho ao lugar e desconhecido passa a ser conhecido e necessário. A maneira com que hoje se facilita a circulação de mercadorias entre os territórios, a informação que atravessa fronteiras livremente, as pessoas que buscam lugares melhores para a existência. Eis elementos a serem considerados nas discussões acerca das desigualdades, da abundância e da escassez, feita no item 2.

O território usado, ou o uso do território (SANTOS, 1996; SANTOS & SILVEIRA, 2001), discutido com maior ênfase a partir do item 3, revela a face geográfica das desigualdades, dadas por organizações territoriais e normatizações políticas. Esta produção de normas dá-se principalmente pelos Estados mas envolve também outros agentes nacionais e internacionais, governamentais ou não e com muita atuação as grandes empresas globais.

Fome e produção de alimentos sempre foram duas temáticas estritamente relacionadas, mas se antes essa relação era direta e envolvia quantidades produzidas e quantidades a serem destinadas a alimentação, trata-se agora de outra coisa, de compreender a possibilidade da presença da abundância na produção agrícola brasileira (dada por suas características ligadas à técnica, à ciência e à informação), em contraste a uma escassez de alimentos, ambas intencionalmente criadas pelo mercado, e não mais naturais. O uso agrícola do território abarca a discussão política que permite analisar a preparação técnica dos lugares para a produção de alimentos. Contempla a normatização e a regulação estatal dos territórios que beneficiam agentes sociais específicos e incorpora o debate sobre as decisões na produção, sobre a soberania de um povo sobre seu território e os interesses internacionais presentes.

A última parte desta pesquisa (item 4) dedica-se à reflexão sobre elementos capazes de revelar as situações do território e do seu povo historicamente concretizadas. A pobreza, o analfabetismo, a fome, o acesso aos serviços públicos são elementos que se combinam nos lugares, e que dão a cada um deles uma caracterização diferenciada ao mesmo tempo em que a globalização se faz cada vez mais presente.

1

SUBNUTRIÇÃO: ENTRE A VISÃO BIOLÓGICA DA FOME E SUA INTERPRETAÇÃO SOCIOESPACIAL

O estudo da fome sempre foi marcado pela grande contribuição que os especialistas das áreas de medicina, nutrição, fisiologia, biologia proporcionaram. Há um histórico desses estudos sobre a nutrição da população brasileira, que se realizam e atualizam até os dias atuais. Mas o que buscamos é uma análise geográfica, o entendimento da Geografia da Subnutrição – sua territorialização através da compreensão geográfica de sua medição, formas de manifestação, aspectos biológicos entre outros – e sua aplicabilidade para nossas análises sobre a fome.

Se por um lado as medições estatísticas do fenômeno nutricional brasileiro permitem “quantificar” a fome, e nesse sentido nos têm sido útil na parte empírica de nossa metodologia, por outro, temos de aceitar o fato de que as análises majoritariamente biológicas dos problemas da nutrição são limitadas ao excluírem os aspectos sócioespaciais envolvidos. Neste sentido, é válida uma análise que nos revele outros aspectos desta relação, notadamente sua abordagem geográfica.

A recorrência à subnutrição busca suprir o fato de que a fome não se fundamenta como um conceito científico: sua subjetividade impede sua sistematização e, principalmente quantificação¹. No entanto, quando se utilizam os indicadores quantitativos para mensuração da fome (subnutrição, mortalidade, anemia, nanismo), faz-se uma análise biológica de um problema que possui origens sociais, ou melhor dizendo sócioespaciais. Nosso trabalho foi, nesse sentido, o de buscar uma interpretação combinada entre métodos geográficos de análise e os métodos e técnicas naturais (biológicos) de quantificação.

Ao priorizar uma visão biológica dos problemas nutricionais, a ciência da Nutrição e seu discurso predominante que se sustenta no conjunto ciência-prática-política, revela uma interpretação da situação brasileira que desconsidera as questões históricas da nossa formação sócioespacial, o que acaba lhe impondo limites. Para Maria Lúcia BOSI (1988:

¹ “... a prova da realidade não está na presença pública de outros, mas antes na maior ou menor premência das necessidades, cuja existência ou inexistência ninguém pode jamais atestar senão aquele que as sente. E tal como a necessidade de alimento tem sua base demonstrável de realidade no próprio processo vital, é

10), “se, por um lado, o estado nutricional de uma população pode ser medido (descrito) em sua dimensão biológica (daí a importância desta), não menos importante são as causas, a determinação desse estado, que só pode ser percebida se se ultrapassar o primeiro plano, evidenciando-se o social, nas relações dos indivíduos entre si e com a sociedade que os cerca. Esta é a dimensão que permanece oculta no discurso científico da Nutrição”.

Esta reflexão acerca do discurso científico dominante na Nutrição é importante, pois nos revela que o embasamento científico por ela desenvolvido e sustentado permite considerar a Fome - e seus eufemismos – como questões ligadas à biologia, naturalizadas, e solucionáveis com a adoção de medidas técnicas e sanitárias que cuidam do organismo em si, e subtrai – ou reduz - sua eminência na esfera política. Esse pensamento vai de encontro àquele por nós desenvolvido nesta pesquisa, de que as possibilidades dadas no período atual tornam a fome um problema inaceitável eticamente, uma vez que “... a fome, hoje, não é mais um problema da biologia mas da sociologia, por meio de geografias específicas, justamente porque a abundância é possível” (CASTILLO, s. d.: 3).

Isto posto, podemos introduzir uma questão que esta pesquisa suscitou, e que diz respeito às definições de nutrição e subnutrição por nós encontradas e de sua funcionalidade no desenvolvimento da mesma. Como pode ser visto na bibliografia consultada, as definições existentes de subnutrição referem-se aos seus aspectos biológicos, e formam um conjunto rígido com poucas variações conceituais, apenas apresentando diferenças quanto à especificidade com que são feitas, ou com o vocabulário mais ou menos técnico, como por exemplo a de MARCONDES (1971: 211 apud DANTAS, 1981: 5), para quem “a desnutrição é um estado crônico de carência protéica e/ou calórico-protéica, no qual o organismo apresenta desaceleração (casos leves), interrupção (casos moderados), ou involução (casos graves) de sua evolução normal, com prejuízos bioquímicos (diluição), funcional (disfunção com ênfase no desenvolvimento psico-motor) e anatômico (depleção, com ênfase no desenvolvimento físico), podendo a involução levá-lo aos padrões do recém-nascido, nos três casos”, ou a de URBAN (1986: 50) que a considera como a “deteriorização do estado de saúde e/ou desempenho produtivo e social de indivíduos resultante de uma ingestão de alimentos ou de baixa qualidade, ou de tipo errado, ou ambos”. Já para PRYER, J. & CROOK, N. (1990: 07), “... as pessoas podem ser consideradas desnutridas quando há evidências que seu presente

também óbvio que a dor cruciante da fome, inteiramente subjetiva, é mais real que a ‘vanglória’, como Hobbes chamava a necessidade de admiração pública” (ARENDRT, 2000 [1958]: 66).

*ou futuro nível de saúde ou funções físicas são prejudicados por quantidades insuficientes de nutrientes em seus corpos*²". Para Josué de Castro, grande inspirador deste trabalho, a subnutrição consiste em "um regime de carências ou deficiências específicas, capaz de provocar um estado que pode também conduzir à morte" (CASTRO, 1996: 54).

Todas essas definições de subnutrição, ou outras que poderiam ter sido aqui incluídas, pautam-se exclusivamente na biologia e no funcionamento do organismo humano. Esse exclusivismo por uma interpretação apenas biológica da problemática da nutrição implica em uma lacuna - não realizar uma interpretação social da situação nutricional - que a ciência da Nutrição posterga à sociedade brasileira. Neste sentido, BOSI (1988: 10-11) nos diz que normalmente "... os problemas nutricionais, entre os quais se destaca, na nossa sociedade, a subnutrição, ou melhor, a fome, são comumente explicados pela interação de um 'agente etiológico' com um 'hospedeiro suscetível' num 'ambiente favorável'. Desta forma, a ciência esquece de considerar que o 'agente etiológico' é a falta de alimentos (que deriva de um conjunto de relações); os 'hospedeiros' não são quaisquer indivíduos, mas determinadas classes sociais; e o 'ambiente' também é resultado histórico". Ou seja, a Nutrição preocupa-se com o indivíduo a partir da ingestão de alimentos por ele feita, desconsiderando e ignorando toda a organização social necessária para que esse alimento exista; ou, o que é pior, ignora as razões pelas quais muitos não podem se alimentar (idem, 1988).

A visão predominante em Nutrição incorpora e explicita um entendimento da estrutura social que se dá pela divisão da sociedade em grupos etários, em sexos, níveis de instrução, gestantes ou lactantes, tipos de atividade exercida entre outros, desconsiderando sua inserção social no modo de produção e sua evolução histórica. As divisões sociais feitas justificam-se a si mesma, sendo tomadas como naturais e já dadas³, e tratadas como a-históricas, ou seja, livres do espaço e do tempo.

A adoção de referências e de metodologias externas é outro problema notado nas pesquisas nutricionais brasileiras, e que pode conduzir há uma visão distorcida da nossa situação. Por exemplo, pela prática médica difundida, as "... crianças são consideradas desnutridas se sua altura e ritmo de crescimento estão abaixo dos níveis internacionais de

² "... people are malnourished if there is evidence that their present or future health status or physical function is impaired due to insufficient supplies of nutrients in their bodies" (PRYER, J. & CROOK, N., 1990: 07).

³ BOSI, 1988: 30-33.

*crescimento, que se baseiam nas crianças 'saudáveis' dos Estados Unidos ou da Europa*⁴” (PRYER, J. & CROOK, N., 1990: 08), que referenciam o critério também adotado pela FAO⁵. O Brasil não possui um padrão nacional que relacione a idade à altura das crianças de acordo com as características do país. Adota-se para tanto o padrão do “National Center for Health Statistics” – NCHS - dos Estados Unidos (Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, 1990). Essa ausência de uma referência brasileira, embora se esbochem algumas tentativas de criação de um padrão nacional, pode promover distorções nas análises do caso brasileiro, ao revelar padrões que não servem à situação já dada.

Se os conceitos desenvolvidos pela subnutrição (e que são muito funcionais na quantificação das questões nutricionais) apresentam problemas, temos que analisar também a criação e a expansão, nos últimos anos, de um outro conceito, o de *Segurança Alimentar*, que tem redirecionado muitas das pesquisas, não somente na Nutrição, mas em todas as ciências que estudam questões ligadas à fome e à produção de alimentos.

Quando comparado ao conceito de subnutrição, este consiste em algo cientificamente mais definido e aceito do que o de segurança alimentar. Mesmo não sendo possível o estabelecimento de um padrão que torne possível representar de forma satisfatória as situações diferentes dos diversos territórios do mundo, a subnutrição possui diversos indicadores internacionais estabelecidos. Quando se trabalha com o “conceito” de segurança alimentar, depara-se com constantes variações de temas e critérios de interpretação entre os diversos autores e instituições que utilizam o termo. Muitos critérios e indicadores normalmente utilizados no entendimento da nutrição, tais como a ingestão de proteínas e calorias *per capita* ao dia e a produção alimentar de um país são as referências para explicar a existência ou ausência da segurança alimentar. De forma recorrente na bibliografia, as políticas de segurança alimentar propostas por instituições internacionais apresentam um destaque excessivo a temas econômicos, comerciais e da reprodução capitalista. Veja-se, por exemplo, o texto da Conferência Internacional sobre Nutrição, da FAO (1992: 8): *“A insegurança alimentar [...] é a causa de muitos sofrimentos humanos. Mas também tem como resultado perdas substanciais de produtividade tanto a curto*

⁴ “... children are described as malnourished if their body size or rate of growth is below international growth standards, which are based on 'healthy' American or European children” (PRYER, J. & CROOK, N., 1990: 07).

⁵ “O padrão calórico da Food and Agriculture Organization (FAO) baseia-se num homem e numa mulher de referência hipotética. O homem de referência tem 25 anos de idade, pesa 65 Kg, trabalha 8 horas diárias... Este homem de referência requer, em média 3.200 calorias diárias... A mulher de referência tem 25 anos, pesa 55 Kg, é fisicamente hígida e vive numa temperatura média anual de 10°C. Dedicar-se em período integral aos afazeres domésticos ou trabalha em indústria leve... Gasta, em média, 2.300 calorias diárias” (MITCHELL, H. S.:7 apud BOSI, 1988: 28).

como a longo prazo, devido à redução do rendimento do trabalho, à diminuição da capacidade cognitiva e do rendimento escolar. [...] A insegurança alimentar pode conduzir assim a uma destinação incorreta de recursos escassos e à perda de bens de produção⁶.

As políticas ligadas à questão da *segurança alimentar* disseminam-se após os anos 70, juntamente com o “conceito” de desenvolvimento sustentável, ambos desenvolvidos e difundidos por organizações governamentais internacionais (ONU, UNESCO, FAO, BIRD, OMC, OMS entre outros) e também por intelectuais e acadêmicos. Refletem um momento novo da história da humanidade, mas principalmente uma nova fase da acumulação capitalista, onde o processo de globalização se inicia mais fortemente. Quanto ao desenvolvimento sustentável, este tem servido como base científica que legitima práticas e discursos que sustentam o modo de produção atual. Seu “conceito” carrega a contradição de defender a sobrevivência das gerações futuras simultaneamente à manutenção do modo de produção responsável pelos problemas a que se quer dar fim. A questão ambiental aderente à sustentabilidade refinou o modo de produção capitalista, seja por um refinamento do próprio processo industrial (produção de equipamentos anti-poluição), seja pela produção de normas seletivas ao ingresso no próprio modo de produção – as ISO. Isto implica na manutenção e ampliação das desigualdades no sistema, o que é, para a maioria dos países do mundo – o Brasil e o resto do terceiro mundo – uma continuidade do processo de submissão econômica e política aos países hegemônicos. Nesse sentido seria importante uma análise crítica da grande difusão que esse conceito apresenta nas universidades e instituições fomentadoras de pesquisa brasileiras e de sua verdadeira fundamentação científica, mas este não é o objeto de reflexão desta monografia.

A segurança alimentar é algo que surge nesse contexto, ou seja, o de criar condições - econômicas - aos indivíduos para que possam se alimentar e cuidar da sua saúde⁷. Esse direcionamento político é problemático ao tratar os direitos dos cidadãos como sendo serviços a serem adquiridos pelos consumidores, ou pelos usuários, que é

⁶ *“La inseguridad alimentaria [...] es la causa de muchos sufrimientos humanos. Además, tiene como resultado pérdidas sustanciales de productividad tanto a corto como a largo plazo, debido a la reducción del rendimiento del trabajo, a la disminución de la capacidad cognoscitiva y del rendimiento escolar. [...] La inseguridad alimentaria puede conducir así a una asignación incorrecta de recursos escasos y a la pérdida (venta) de bienes de producción”* (FAO, 1992: 8. O grifo é nosso).

⁷ A visão de Segurança Alimentar prioriza a alimentação como algo ao qual as pessoas passem a ter acesso, e diminui a importância da alimentação como direito humano da existência. Pela definição de GALEAZZI (1994: 3), *“... o objetivo final da segurança alimentar mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos que necessitam”*. Essa e tantas outras definições que pouco variam sempre tratam da questão do acesso e não do direito à alimentação, e nesse sentido o discurso da *Segurança Alimentar* fomenta a caracterização do alimento como comércio.

como têm sido denominados os cidadãos nos últimos anos⁸, em que os governos dos países ignoram as especificidades de suas formações sócioespaciais e priorizam a adoção de um modelo político e econômico único (neoliberal) que, independentemente das particularidades das desigualdades territoriais, se internacionaliza, tendo como base as normas do dinheiro e sua reprodução, ou nas palavras de Maria Adélia de Souza, estes *“tempos em que o Estado, em nome da globalização e da reengenharia, abdica dos pobres e se volta totalmente para as empresas”* (SOUZA, 1999: 41)⁹.

Devemos ficar atentos com os eufemismos da fome, que com a intenção de auxiliar na explicação da sua problemática criam adjetivações que se confundem e complicam a interpretação. Há uma grande variedade de termos usados na explicação: Josué de Castro (1951; 1961) já nos falava da fome oculta e da fome endêmica, da fome individual e da fome total, e alertava que *“... para começar, a palavra fome já não basta, [...] trata-se agora de outra coisa. Viemos a saber que não é apenas quando nossa alimentação é insuficiente que estamos ameaçados. Também o estaremos se ela for mal constituída. Neste último caso, surge uma série de casos de subnutrição. Quando essa subnutrição é grave, pode-se tornar-se (sic) rapidamente mortal: traduz-se por doenças há muito conhecidas”* (CASTRO, 1961: 04). Há ainda diversas classificações e gradações para os estados nutricionais, como desnutrição leve, moderada e grave, e classificações estatísticas para a segurança e a insegurança alimentar dos países. Embora estas tipologias sejam importantes para a análise da fome, a ausência de teorias a elas vinculadas travam a possibilidade de definição de instrumentos efetivos, de diversas naturezas, para o combate à fome. Temos que buscar, não somente na Geografia, mas também nas outras ciências, o refinamento de teorias e conceitos que nos tornem capazes de uma interpretação objetiva da fome como manifestação perversa das desigualdades do mundo.

As análises nutricionais da fome por nós discutidas têm respaldo nos métodos e técnicas desenvolvidos pelas ciências médicas e da nutrição. Mas tratar a fome do ponto de **vista geográfico implica em utilizar o arsenal teórico, empírico e técnico que caracterizam**

⁸ Sobre isso, podemos pensar na institucionalização da saúde como algo comercializável, bem como a educação. Prova disso é a visível proliferação de planos de saúde e de escolas e faculdades particulares. Ou então o salário mínimo brasileiro, que não corresponde ao socialmente necessário, mas ao economicamente viável às contas públicas (SANTOS, 1987: 5 e seguintes).

⁹ *“... assim como as necessidades, os sentimentos, a cultura, o saber, todas as forças próprias do homem acham-se integradas como mercadoria na ordem de produção e se materializam em forças produtivas para serem vendidas; hoje em dia todos os desejos, os projetos, as exigências, todas as paixões e todas as relações abstratizam-se (e se materializam) em signos e em objetos para serem compradas e consumidas”* (BAUDRILLARD, 1968: 207).

esta ciência no presente momento da história. Ao longo desta pesquisa são elencados elementos que possibilitam interpretar não apenas a fome, mas diversas manifestações das desigualdades sócioespaciais brasileiras, uma vez que é impossível interpretar a fome em si mesma. O Território Brasileiro nos revela desigualdades: ao mesmo tempo em que algumas suas porções são postas par a par com o que há de mais avançado na tecnologia mundial nos diversos setores produtivos grande parte de sua área e de sua população continuam excluídos dos objetos que caracterizam fases ainda anteriores da modernização. A análise territorial das desigualdades (combinações territoriais entre fartura e carência), deve considerar as características deste período histórico, especialmente a produção, a acumulação e a circulação intensas da informação, em todas as suas formas, que possibilitam ao mesmo tempo um controle sobre o território nacional que pode servir às políticas de Estado, mas que serve principalmente aos interesses econômicos na medida em que a informação possibilita novas integrações econômicas, novas maneiras de distribuir a produção, em seu sentido mais amplo, por todo o território, como será visto adiante.

O espaço pode ser pensado como uma psico-esfera que interage com uma tecno-esfera, do qual o meio resultante apresenta diferentes combinações técnicas, informacionais e humanas. Como a informação é o elemento que mais diferencia o meio atual dos meios precedentes, esse meio – *técnico-científico informacional* – é mais presente como psico-esfera do que como técnico-esfera¹⁰. A psico-esfera apóia, acompanha e antecede a modernização dos objetos pelo território: enquanto todo o território brasileiro pode ser considerado como possuidor de uma psico-esfera ligada à modernidade, apenas parte dele é dotado dos objetos que complementam os anseios por ela gerados, do que decorrem continuas e novas formas de carências¹¹. Técnica e informação, a partir de seu controle restrito e restritivo, combinam um funcionamento planetário solidário e uma ação localizada, que induzem os lugares a novas manifestações que são fragmentadas e que os tornam ao mesmo tempo alienados e dependentes dos novos artificios introduzidos. Estes são os princípios explicativos essenciais do uso agrícola do território brasileiro, efetivado principalmente pelos interesses hegemônicos alimentadores da dialética da abundância/escassez, e dos quais partimos para a interpretação da fome e das desigualdades no Brasil.

¹⁰ Milton SANTOS, *A aceleração contemporânea*, 1997b. Esta análise do espaço proposta pelo Professor relaciona-se ao entendimento do espaço como conjunto de objetos e de ações, indissociavelmente.

¹¹ RIBEIRO, Ana Clara T., 1991. Ainda segundo esta autora, pode-se destacar que a constituição de uma psicoesfera no território brasileiro teve a participação decisiva das redes de rádio e de TV, bem como mais recentemente das formas mais modernas de comunicação, das quais a informática é a representante maior.

2

PENSANDO AS DESIGUALDADES A PARTIR DAS NECESSIDADES, DO TERRITÓRIO, DA ABUNDÂNCIA E DA ESCASSEZ

2.1 Do espaço natural ao espaço geográfico e das necessidades fundamentais à explosão das necessidades induzidas

O domínio social da maioria dos fenômenos naturais com a passagem de um espaço natural para um espaço geográfico revela a mudança de um mundo sem intencionalidades, mas baseado no equilíbrio – que é o da natureza – para um mundo de intencionalidades no qual o conhecimento do homem sobre os processos naturais e sociais é fundamental na elaboração dos seus projetos para a alteração da realidade¹². Podemos dizer que, concretamente, como nos propõe o professor Milton Santos, trata-se da passagem de um meio natural, ou pré-técnico, para um meio geográfico, que continuamente se tecniciza (SANTOS, 1999: 187-192).

Num resgate histórico breve podemos considerar que antes o homem escolhia no seu entorno próximo o que lhe era necessário à continuidade da vida, com base nas características naturais daquele que era seu quadro vital (SANTOS, 1998). Neste momento da humanidade, de um isolamento de grupos sociais diversos, cada qual com sua técnica desenvolvida a partir de suas necessidades cotidianas, as relações entre os homens e seu meio próximo são mais intensas do que as relações entre os diversos grupos. E disso resultava o que Milton Santos (1997a: 10) diz tratar-se de uma territorialidade absoluta, ou seja, “... os moradores pertenciam àquilo que lhes pertencia, o território”, do qual a cultura, a política e a economia eram dependentes.

O homem inicia a domesticação da natureza por meio da técnica e do trabalho que se acumulam e acabam por impor à natureza – ou ao menos a muitos dos seus fenômenos – um tempo social. O início do processo de cultivo agrícola libera-o da dependência

exclusiva daquilo que a natureza lhe oferecia e do nomadismo em busca de alimentos. ROUSSEAU (1994 [1750]: 169) nos fala dessa mudança, da passagem de uma vida simples para uma vida cercada de novos objetos, das inovações técnicas que se desenvolvem e se acumulam com a sucessão das gerações e de como a inventividade humana da criação das coisas, registros materiais da evolução social, ao invés de libertarem os homens das necessidades, os tornam prisioneiros de seus próprios artificios: *“... naquele novo estado, com uma vida simples e solitária, necessidades muito limitadas e os instrumentos que haviam inventado para as satisfazer, os homens, desfrutando de bastante lazer, dedicaram-se à obtenção de vários tipos de comodidades desconhecidas de seus pais; e foi este o primeiro jugo que se impuseram sem pensar, e a primeira fonte de males que prepararam para seus descendentes pois, além de tais comodidades – que o hábito despojou de quase todo sabor e, ao mesmo tempo, transformou em verdadeiras necessidades – continuarem assim a enfraquecer o corpo e o espírito, sua falta tornou-se mais cruel do que sua posse era doce, e os homens eram infelizes ao perdê-las, sem serem felizes ao possuí-las”*. Da mesma forma, o comércio entre os grupos humanos se intensifica¹³, e disso decorre o surgimento de novas necessidades, introduzidas pelo conhecimento de novos lugares e de novas organizações sócioespaciais. Como a história humana é acompanhada por uma busca crescente do conhecimento dos lugares e pela busca da mobilidade espacial, quanto mais os contatos se estreitam, se aceleram e se perpetuam, mais os conteúdos dos outros lugares influenciam e revolucionam cada lugar: sua organização política, social, territorial anteriores.

Se antes cada sociedade retirava do seu entorno imediato o necessário à sua sobrevivência, hoje, com os fluxos e as redes internacionalizadas, com um modelo técnico e de produção único e planetário, o aumento da comunicação intersociedades e a interdependência dos lugares (SANTOS, 1998) fazem com que as necessidades - naturais ou produzidas – sejam constantemente recriadas e não possam mais ser atendidas pelo que

¹² *“Este espaço natural apresenta-se como realidade objectiva que não deve nada ao homem, que existe sem ele, fora dele e que se desarticula logo que ele intervém. É por esta razão que hoje quase desapareceu como realidade viva e que se tenta protegê-lo e reconstitui-lo”* (ISNARD, 1982: 21).

¹³ Philip CURTIN (*Nutrition in African History*, 1985), considera que *“uma das hipóteses mais antigas sobre as origens do comércio enfatizam a importância dos limites ecológicos”* (p. 174), e nos revela em seu estudo sobre a África que o fato das populações das florestas africanas possuírem produtos diferenciados dos da savana fizeram com que as trocas entre produtos da savana com a floresta fossem mais comuns do que as trocas internas à floresta ou à savana. Era ainda frequente a troca do gado dos pastores nômades do deserto por grãos dos agricultores sedentários do Sahel, que se beneficiavam das características naturais dos oásis. Somando-se a esta situação, deve-se destacar a importância da domesticação do camelo no transporte do principal produto “exportado”, a Tâmara, uma vez que *“esse animal possibilitou uma ‘especialização’ nos oásis, já que o produto podia ser transportado a distâncias maiores”* (p. 175).

está ao redor multiplicando-se e possibilitando que as formas de satisfação dessas necessidades possam ser comercializadas. O desenvolvimento técnico que se clona nos diversos territórios e nos lugares, através da reprodução de técnicas alienígenas, é um implantador e condutor de novas necessidades artificialmente produzidas pelo mercado.

Às necessidades fundamentais da sobrevivência dos indivíduos, dentre as quais estão a alimentação, o sexo e o abrigo, somam-se outras, que ao mesmo tempo em que produzidas se tornam essenciais à continuidade da vida numa sociedade que faz evoluir constantemente suas técnicas e seus conhecimentos¹⁴. Para SANTOS (1987: 7) “*o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana*”; dentre eles estão, além de alimentar-se, o direito à saúde, à educação, à moradia. As necessidades que tendem a alinhar-se em escala mundial concomitantemente à homogeneização de um modo produção e de uma tentativa de massificação cultural, geram um descompasso entre os ritmos de desenvolvimento dos territórios, na medida em que estes por um lado buscam reproduzir um modelo e por outro tem particularidades que conduzem a situações diferenciadas. Nessa reflexão recordamos de Yves Lacoste, que ao tratar da modernização nos países pobres diz: “... *as populações dos países ‘subdesenvolvidos’ foram impulsionadas para um processo dramático que não cessa de ampliar-se e que lhes impõe necessidades cada vez mais numerosas, ao mesmo tempo em que não podem satisfazê-las. Isto está ligado ao conjunto de transformações que esses países conhecem, à medida que neles se introduz a ‘vida moderna’*” (LACOSTE, 1988: 24). Esta análise proposta por Lacoste nos revela a proliferação de necessidades que se dá conjuntamente à modernização dos territórios, de suas infra-estruturas e de suas políticas fomentadas principalmente pela expansão mundial do capital.

Mas há um outro aspecto a ser destacado, e que trata mais precisamente de uma das novas características do presente da história, de um dos suportes da globalização do capital: a informação. Se os séculos e as décadas anteriores presenciavam uma difusão tecnológica que obedecia às características de seu tempo, a atualidade nos mostra como a predominância da informação no período torna real a simultaneidade e a instantaneidade

¹⁴ Esta análise desenvolvida acerca das necessidades incorpora como uma das premissas principais o fato de que as necessidades são inerentes à vida e à existência humanas. E mesmo o fim da escassez não implica no fim das necessidades, que são constantemente recriadas. Nesse sentido, Hannah ARENDT (2000 [1958]: 81) nos diz que “*a necessidade e a vida são tão intimamente aparentadas e correlatas que a própria vida é ameaçada quando se elimina totalmente a necessidade. Pois, longe de resultar automaticamente no estabelecimento da liberdade, a eliminação da necessidade apenas obscurece a linha que separa a liberdade da necessidade*”.

dos eventos e dos acontecimentos e de como a difusão das técnicas (que sempre acompanham uma norma política) é acelerada, tornada quase instantânea¹⁵. A essa rapidez do mundo contemporâneo se associa uma rapidez correspondente dos processos geradores de desigualdades: *"O fato de países e regiões apresentarem diferenças quanto ao momento oportuno de dotarem seu povo do acesso ao poder da tecnologia representa fonte crucial de desigualdade em nossa sociedade"* (CASTELLS, 2000: 52).

A coexistência de objetos 'antigos' e de objetos 'novos' distribuídos estrategicamente pelo território conduz à coexistência de diversos tempos (e possibilidades) de ações no Brasil, ou seja, a co-presença do que se chamou importunamente de "velho e de novo", "moderno e atrasado", dualidades que são duramente rejeitadas pela Geografia na sua concepção do espaço geográfico como uma totalidade. Dá-se, na realidade, um movimento único, e no qual a diferenciação da modernização é uma deliberação política, uma escolha que se dá sobre os lugares, sobre os territórios, e que pode ser denominado desenvolvimento geograficamente desigual e combinado¹⁶.

2.2 Da necessidade à escassez, da abundância à escassez produzidas

Tidas ainda hoje como catástrofe ou dádiva, a escassez e a abundância libertam-se na realidade de sua dependência exclusiva das condições naturais. Se durante a maior parte da história humana ambas decorriam de eventualidades climáticas, o período contemporâneo da história presencia a possibilidade humana do controle da abundância e da escassez dado tanto pelo projeto político quanto pela capacidade técnica da humanidade.

Antes de ser natural, a escassez é hoje um elemento essencial à sustentação do modo de produção capitalista em sua fase presente de reprodução (CASTILLO, s.d.), tanto quanto a abundância, que juntos mantêm uma ordem que somente se equilibra quando do

¹⁵ Para Castells, a *"... Revolução Industrial estendeu-se para a maior parte do globo durante os dois séculos seguintes"* [ao seu início na Inglaterra] enquanto que *"... as novas tecnologias da informação difundiram-se pelo globo com a velocidade da luz em menos de duas décadas, entre meados dos anos 70 e 90..."* (CASTELLS, 2000: 52).

¹⁶ Neil SMITH faz uma abordagem geográfica do desenvolvimento desigual, e considera que *"o desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados"* (1988: 221).

ponto de vista econômico. A análise apenas da produção da abundância, que para a Economia significa uma fase em que a sociedade prospera através da competitividade e dos ciclos virtuosos de crescimento, implica em ignorar que isso também comete no aumento da exploração dos mais pobres pelos grandes agentes capitalistas, da exclusão e das situações de desigualdade delas decorrentes, portanto da escassez.

Essa passagem de uma escassez natural para uma escassez produzida é intrínseca à passagem de um espaço (e um meio) natural para um espaço (e meio) geográfico, e do predomínio do ritmo social sobre o ritmo da natureza, dado pelo conhecimento, previsão e alteração das condições naturais. Portanto as privações contemporâneas não são mais fruto de catástrofes naturais uma vez que podem ser evitadas ou sanadas, mas sim resultantes de opções políticas. Este pressuposto é um reforço àquilo que Josué de Castro buscou revelar, e da postura que cobrou dos cientistas de seu tempo diante do mundo qual seja a de que “*a tentativa de provar que a fome é um fenômeno natural, que obedece a uma espécie de lei da natureza, não encontra apoio nos conhecimentos científicos de nossos dias*” (1951: 26).

As discussões acerca das desigualdades, de suas ‘origens’, seu processo de manutenção e mutação são tratadas por uma bibliografia farta. Jean-Jacques Rousseau, em *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* (1994 [1750]), naquela que pode ser considerada uma das primeiras e mais importantes obras acerca da interpretação social das desigualdades sobre as quais refletimos nesta pesquisa. As primeiras são as desigualdades naturais ou físicas, inerentes à espécie humana e aos indivíduos e que dizem respeito às diferenças de idade, saúde, força e qualidades do espírito e da alma. Há, complementarmente, as desigualdades de origens sociais e políticas, introduzidas pelo consentimento dos homens, e reveladas nos diferentes privilégios das sociedades: os mais ricos, os mais pobres, os mais respeitados, os mais poderosos. A diferença principal entre ambas reside no fato de que não há fonte para as desigualdades naturais, pois, como se anuncia, são naturais. Também não há ligação essencial entre ambas (naturais e sociais), uma vez que isso acarretaria num determinismo natural sobre as estruturas sociais.

Já as questões que envolvem o atual debate sobre a escassez e a abundância nos são muito úteis para o entendimento das desigualdades e da fome e estão diretamente relacionadas com a criação de necessidades e sua satisfação. Se a abundância é vista por BAUDRILLARD (s.d.: 66 apud CASTILLO s.d.), como o “*equilíbrio da produção humana e das finalidades humanas*”, a escassez é um artifício socialmente desenvolvido

com a finalidade de manter o controle sobre os recursos e a produção, já que “... *o social está nessa dupla qualidade: produzir a sobra e destruí-la [...] pois todo excedente é próprio para arruinar o sistema de equivalências se é realocado sem medida*” (BAUDRILLARD, 1985: 64-65).

O entendimento da globalização, ou de como o mercado que se interage mundialmente atinge os lugares, nos faz pensar na importância da manutenção da dialética abundância-escassez para a fase atual da reprodução capitalista: a escassez não pode ser superada, pois a especulação da produção de alimentos como mercadorias (oferta) e a produção de famintos (demanda) configuram um mercado integrado mundialmente, controlado por grandes empresas de *agribussines* (“agro-negócios”) com a conivência e o incentivo dos Estados nacionais que preparam seus territórios para o uso pelos agentes hegemônicos.

A precedência da informação sobre os objetos e sua presença em todo o território configurando uma psico-esfera (SANTOS, 1997b) que não se completa com uma tecn-esfera (idem, 1997b) correspondente aos anseios gerados pela primeira, faz a produção de necessidades ser constante enquanto que a satisfação destas necessidades é esporádica ou inatingível nos lugares.

Dessas características atuais, Milton SANTOS (2000: 128-129) considera que há hoje uma criação “*acelerada e artificial de necessidades*”, que conduz a uma “*produção ilimitada de carências e escassez*” que tem como mediadora a impossibilidade da entrada da maior parte da população nessa “*racionalidade*” da produção e do consumo. A produção da carência aparece apoiada na ideologia do consumo, da modernidade, a que as pessoas são atingidas em seu cotidiano e às quais almejam seguir, mesmo que não possuam condições para tanto.

Retomando a questão da fome diante da análise desenvolvida, temos que sua compreensão para o território brasileiro é indissociável à busca do entendimento de todo o território, do território como totalidade, seus usos, suas desigualdades que se revelam em diferentes combinações de objetos e informações. A fome não pode ser pensada separadamente, e resulta, no presente, da formação histórica de nossa estrutura social e de nossa organização territorial. Portanto, as discussões apenas técnicas e econômicas não podem superar o problema das desigualdades, da fome – e de todas as suas manifestações sócioespaciais.

A caracterização do alimento como mercadoria e a criação de novos objetos com novos apelos de consumo e novas demandas criam uma divisão entre os que podem e os

que não podem consumir. Da mesma forma, a organização dos territórios é impulsionadora de desigualdades pela distribuição das infra-estruturas (públicas e privadas) de atendimento à população, que apresentam densidades diversas de alta concentração e de vazio (hospitais, creches, escolas, rodovias *etc*). A ausência, crônica no caso brasileiro, de uma ação do Estado na distribuição justa das benfeitorias é mais uma fomentadora das desigualdades; a custódia para a iniciativa privada da execução de serviços essenciais à população é um elemento complicador, uma vez que as empresas agem em função de seus objetivos específicos, e não dos de toda sociedade.

3

O USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

3.1 O uso do território e a revelação das desigualdades

Quando da realização de uma análise geográfica, devemos buscar sempre desenvolver teórica e empiricamente os elementos que nos podem revelar a interpretação do mundo a partir do método da Geografia, que se complementa aos demais, das demais ciências. A análise anteriormente desenvolvida trata de assuntos também estudados pelas outras ciências sociais, como a escassez, a abundância, as desigualdades.

Alguns conceitos são característicos dos estudos geográficos de sempre, como o lugar, a região, a paisagem e o território, que nos revelam a concretude do espaço, e pensá-los hoje requer um entendimento do mundo das relações do presente. Na medida em que a História - contínua e complexa sucessão de espaço-tempo - se impõe, novos elementos são incorporados às situações pela capacidade dos avanços do conhecimento e das técnicas, e necessitam serem considerados. Possibilitado pela informatização do planeta e pela circulação rápida e livre da informação, este período histórico apresenta, ao contrário dos anteriores, a possibilidade do controle distante da produção por meio de matrizes informacionais a partir das quais se dissemina um número não aproximável de normas que são aplicadas em escalas mundiais, tanto na produção industrial quanto na produção agrícola. As características do mundo do presente promovem uma rápida reorganização dos territórios e mudanças que se dão de forma seletiva pelos lugares, gerando a cada novo momento novas formas de produção, mas também de riqueza e de pobreza, de globalização e de fragmentações. Por isso podemos dizer, juntamente com Pierre GEORGE, que *“nunca há um novo mapa do mundo porque o mapa do mundo está em constante renovação”* (1994: 15).

Assim, pensar o espaço e a sociedade de hoje significa partir do entendimento de como a informação, a técnica e a ciência são os elementos determinantes da produção, das ações e da vida atuais (SANTOS, 1998), e como a partir deles os lugares se interagem

possibilitando, de forma diferenciada para os agentes sociais, a realização dos seus projetos.

O território é a organização política do espaço, que se dá pela presença de um governo estatal, de fronteiras, da diferenciação de normas num espaço subentendido e diferenciado¹⁷. Mas o território não pode ser visto apenas por este aspecto da política, pois se torna frio. É preciso sempre considerar o seu conteúdo, revelado pelo seu uso: “... *é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social [...] já que usado o território é humano, podendo deste modo comportar uma dialética*” (SANTOS, 1996: 17). Neste sentido, destacamos também as contribuições de RAFFESTIN (1993), que propõe, ante a visão unidimensional do Estado como única fonte de poder, uma visão multidimensional do espaço, em que toda manifestação política que ocorre num território representa uma manifestação de poder. Trata-se, para Raffestin, de pensar o espaço a partir da “*dicotomia concebido-vivido*”, ao contrário da majoração do concebido e a tentativa de enquadrar a realidade neste concebido prévio. O território, tanto quanto a totalidade maior espaço geográfico, se caracteriza por materialidades e imaterialidades que coexistem e se influenciam a partir da ação de todos os agentes. O uso do território revela ações, normas e materialidades constantemente recriadas que atendem aos desejos de seus agentes, compreendendo desde os interesses pessoais da sobrevivência dos indivíduos, da política ampla do alcance do Estado, aos anseios da reprodução do capital como objetivo das corporações e como lema da modernização. Por isso o território, como construção social, é um revelador das desigualdades que podem ser apreendidas a partir do seu uso, e se apresenta sob duas maneiras: como norma e normado, ou seja, sua organização interfere e condiciona os novos usos, e ao mesmo tempo ele é também a base da geração e imposição de novas normas.

As redes são formas concretas com que a globalização se faz nos lugares: a ligação

¹⁷ Por mais que alguns pensadores contemporâneos insistam em considerar o fim do Estado-Nação, das fronteiras e dos territórios, não há evidências de que isso venha a se concretizar, uma vez que a sociedade continua a se organizar através dos territórios, bem como a expansão capitalista o utiliza como base de sua evolução. Estes temas têm tido muito destaque nas discussões acadêmicas e políticas, fomentados principalmente pelos processos de globalização. As diferenças existentes entre os diversos territórios e os benefícios possibilitados pelos diversos Estados têm se mostrado favoráveis à expansão do modo de produção capitalista. As empresas, aparentemente independentes dos Estados, necessitam e interferem nas legislações nacionais e subnacionais em seu benefício exclusivo. O desenvolvimento geograficamente desigual dos lugares, patrocinado pela administração pública, é essencial para que a produção integrada mundialmente possa utilizar as vantagens de cada lugar para reafirmar a competitividade das empresas. Não podemos confundir a mudança da ação do Estado e sua omissão com o seu fim: enquanto se omite ao interesse geral, de toda a população, se torna mais aderente aos modelos de produção mais ágeis, atuais, hegemônicos. Entre os autores que tratam da questão do fim das fronteiras e dos estados nacionais, destacamos Renato ORTIZ (1999) e Octavio IANNI (1996).

pontual planetária é a reprodutora das normas da modernidade, do capital. É também uma das indutoras da alienação do território, que se torna assim resultado de interesses internacionais que fazem do território nacional recurso, em todas as suas escalas, de interesses externos. A produção agrícola brasileira é resultado disto: é controlada por grandes multinacionais proprietárias de terras; por grandes empresas que controlam a produção de sementes, de insumos, de agrotóxicos e de maquinários, sempre incentivadas pelas políticas do estado brasileiro em suas diferentes escalas institucionais. Como não esperar que deste controle externo do território brasileiro, de sua organização, seu uso não resultem desigualdades abruptas e que não cessam de aumentar?

O uso corporativo do território se contrapõe ao seu uso banal, que considera, ao contrário do primeiro, a totalidade dos agentes, das instituições, das empresas, uma vez que cada qual efetiva um uso do território. No caso brasileiro o que se observa é a preparação técnica dos lugares que não visa atender às necessidades da sua população, mas as prioridades da expansão capitalista.

Se o território se mostra objetivo, o lugar apresenta outros elementos que merecem atenção quando das análises das desigualdades. A convivência próxima, das necessidades repartidas, dos acontecimentos comuns, conduz à existência de uma solidariedade que se impõe a todos, a todas as relações da lugaridade. Daí é que surgem as solidariedades contíguas, da proximidade, diferentes daquelas das relações das redes. Dessa construção contínua e dessa solidariedade que se fortificam é que o lugar é a escala da diferenciação máxima. Cada lugar deve ser apreciado por suas diferenças (técnicas, informacionais, humanas), e representa, na contramão de um mundo que se tenta global, a permanência da diferença, construída cotidianamente pela cultura. *“O mercado global, portanto, é uma abstração. Real é o lugar. É no lugar, pois, onde se dá a construção da história, através de práticas cotidianas felizmente ainda impregnadas de solidariedade”* (SOUZA, 1999: 40).

Esta reflexão deve conduzir a outra, que nos faça reconhecer as limitações do trabalho com dados e escalas de abrangência generalistas. A caracterização de um território irá considerar um valor médio entre as informações contidas nos diversos lugares; por meio da estatística banalizam-se pessoas ao igualá-las a números, e mascaram-se, pela homogeneização, as diferenças que não podem ser ignoradas, pois *“... os atos ou eventos só podem ser vistos estatisticamente como desvios ou flutuações”* (ARENDRT, 2000 [1958]: 52). Por isso, a consideração do lugar traz novos aspectos à percepção da subnutrição e da fome, lá onde elas existam. A oposição entre um acontecer das contigüidades e um acontecer hierárquico (SANTOS, 1994) induz a sucessivas reorganizações espaciais das

atividades, das pessoas e dos objetos que não podem mais ser restringidas a apenas uma escala geográfica de análise já que a presença mútua das ações pode ser instantânea.

3.2 Aspectos da abundância: o uso agrícola do território brasileiro

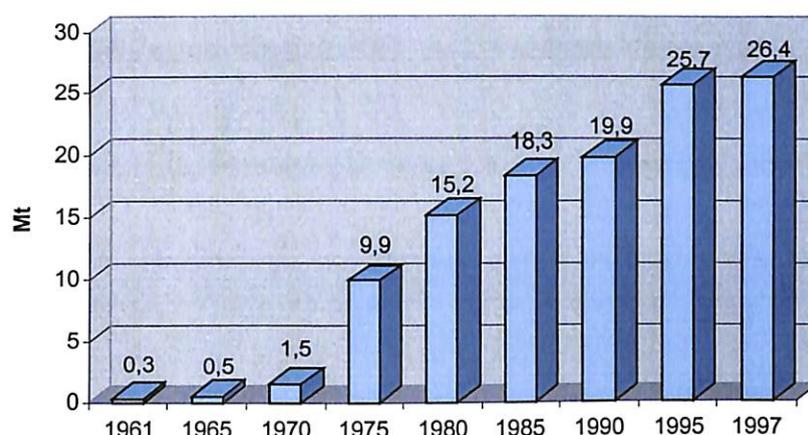
A análise geográfica da produção de alimentos deve compreender o uso agrícola do território não mais na antiga visão setorial e fragmentada da dissociação entre rural e urbano, mas na concepção da totalidade das relações espaciais, nas quais o urbano e o agrário se inter-relacionam movidos por novos vetores da divisão técnica, social e territorial do trabalho. Estas por sua vez são fomentadas pela mercantilização dos produtos e pelo aprofundamento das relações capitalistas.

A análise da agricultura e da produção agrícola que desenvolveremos nas páginas seguintes tem um objetivo a ser destacado: revela empiricamente aspectos da abundância, do crescimento ocorrido na produção de alimentos no Brasil. A primeira parte da nossa análise mostra uma visão geral dos principais alimentos produzidos ou consumidos no território brasileiro, relacionando-os ao aumento populacional.

Observando a produção de alimentos no Brasil, temos, nos últimos 40 anos, um constante aumento produtivo que supera, quando feita uma análise comparativa, o aumento da sua população. Mas, lamentavelmente, na realidade concreta esta relação não é direta.

De 1961 a 1997 a taxa de crescimento total da população brasileira foi de aproximadamente 118%. Considerando sempre esse mesmo período de tempo (1961-1997) realizamos uma análise comparativa aos índices de crescimento da produção de alguns alimentos.

GRÁFICO 1 - BRASIL: Produção de soja 1961 - 1997 em milhões de toneladas

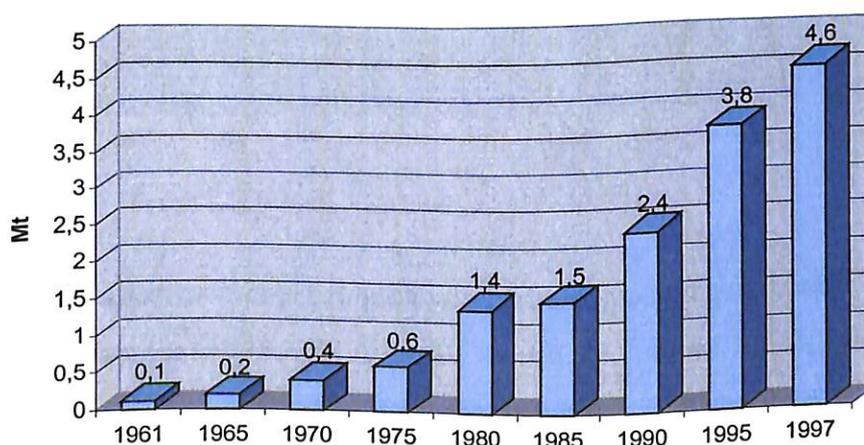


Fonte: FAO, 2000. Pela internet.

A soja é o cultivar com maior índice de crescimento, totalizando 8700% no período analisado. É importante ressaltar que no ano de 1961 a produção deste alimento era de apenas 0,3 milhões de toneladas e atinge 26,4 milhões de toneladas em 1997 (GRÁFICO 1). Este crescimento prodigioso e outros aspectos ligados à produção de soja serão analisados mais adiante nesta pesquisa.

Já o GRÁFICO 2 empiriciza o aumento da produção de carne de aves no território nacional. Este aumento atinge 4500%, e também parte de uma produção inicial baixa (0,1 milhão de toneladas) mas com crescimento constante e volumoso.

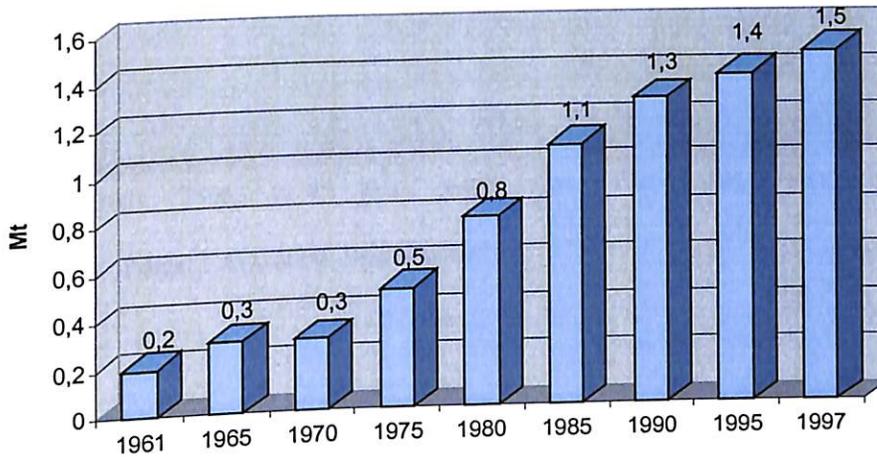
GRÁFICO 2 - BRASIL: Produção de carne de aves 1961 - 1997 em milhões de toneladas



Fonte: FAO, 2000. Pela internet.

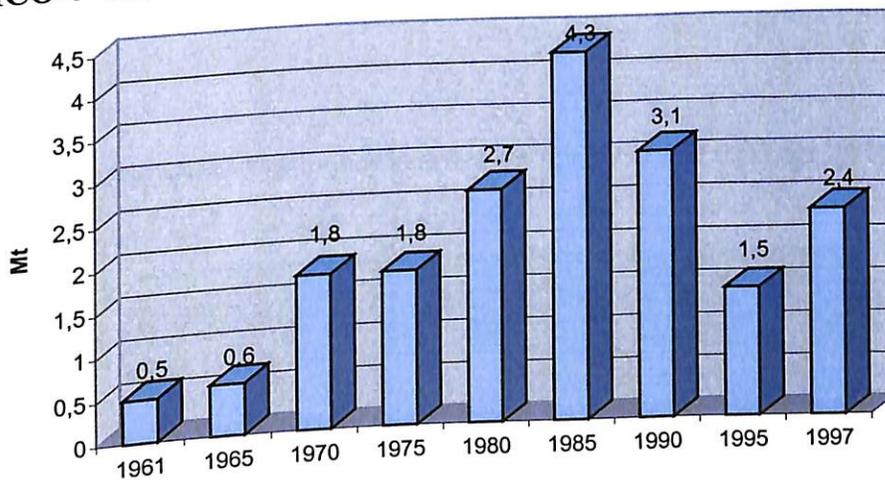
O aumento das produções de ovos (GRÁFICO 3) e de trigo (GRÁFICO 4) foi de 650% e 380% respectivamente, e se revela superior ao crescimento populacional para o mesmo período, que foi de 118%. A produção de trigo se mostra irregular, e apresenta, no ano de 1985 uma colheita muito significativa, de 4,3 milhões de toneladas.

GRÁFICO 3 - BRASIL: Produção de ovos 1961 - 1997 em milhões de toneladas



Fonte: FAO, 2000. Pela internet.

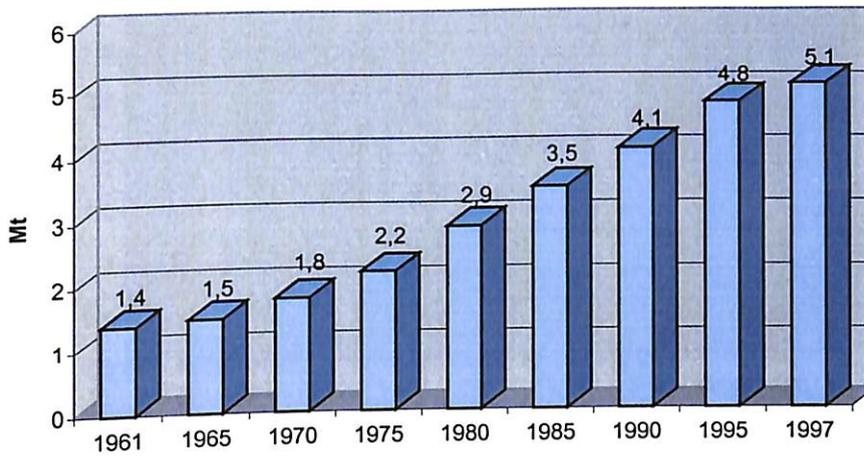
GRÁFICO 4 - BRASIL: Produção de trigo 1961 - 1997 em milhões de toneladas



Fonte: FAO, 2000. Pela internet.

O índice de crescimento da produção de carne de vaca foi de 264%, conforme pode ser visto no gráfico a seguir (GRÁFICO 5). Se a produção era de 1,4 milhões de toneladas em 1961, atinge 5,1 milhões de toneladas no ano de 1997.

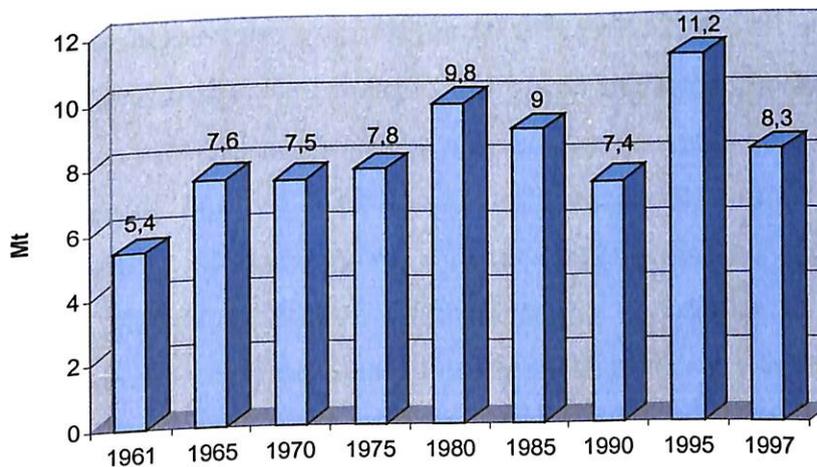
GRÁFICO 5 - BRASIL: Produção de carne de vaca 1961 - 1997 em milhões de toneladas



Fonte: FAO, 2000. Pela internet.

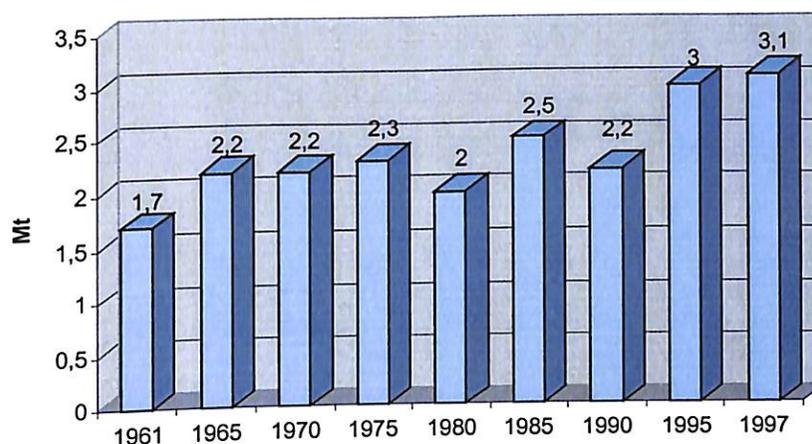
Apenas o arroz e o feijão (GRÁFICOS 6 e 7) apresentam índices de crescimento inferiores aos da população (56% e 82% respectivamente), mas se considerarmos o ano de maior produção desses dois itens as taxas de crescimento (referenciadas em 1961) são significativamente melhoradas, passando a 112% para o arroz em 1995 e 760% para o trigo em 1985.

GRÁFICO 6 - BRASIL: Produção de arroz 1961 - 1997 em milhões de toneladas



Fonte: FAO, 2000. Pela internet.

GRÁFICO 7 - BRASIL: Produção de feijão 1961 - 1997 em milhões de toneladas

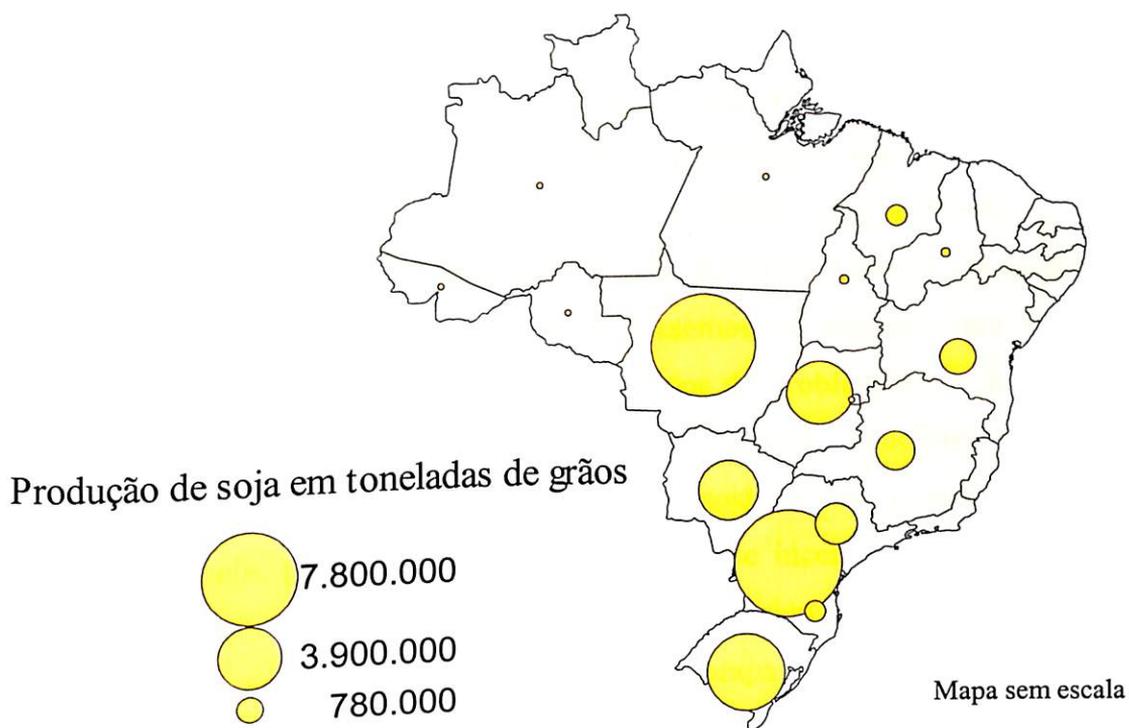


Fonte: FAO, 2000. Pela internet.

É importante ressaltar que o aumento populacional acontecido no Brasil é muito expressivo, mas que as taxas de crescimento de produção da maioria dos gêneros alimentares em nosso território são superiores a ela. Essas análises, bem como as que serão desenvolvidas adiante, tornam infundadas as teses ainda hoje desenvolvidas por seguidores de Malthus, de “... *que a capacidade de crescimento da população é indefinidamente maior do que a capacidade da terra de produzir meios de subsistência para o homem*” (MALTHUS, 1982: 57), ou seja, de que a escassez seja natural. Nessa crítica o pensamento de Josué de Castro é lapidar: “*os neomalthusianos, ao afirmarem que o mundo vive faminto e está condenado a perecer numa epidemia total de fome porque os homens não controlam de maneira adequada os nascimentos de novos seres humanos, não fazem mais do que atribuir a culpa da fome aos próprios famintos*” (1951: 29).

Tentando tornar a análise da produção um pouco mais aprofundada e ressaltando alguns de seus aspectos destacamos, dentre os alimentos produzidos no Brasil, alguns que consideramos importantes, seja por apresentarem um crescimento muito significativo nas últimas décadas, por serem cultivares novos e ligados às *commodities* agrícolas, ou ainda por sua importância nutricional para a alimentação da população. O primeiro a ser apresentado é a soja, cuja distribuição espacial da produção pode ser vista no MAPA 1.

MAPA 1 – BRASIL: Produção de soja em 1999 (toneladas)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Enquanto alguns estados brasileiros sequer possuem uma produção mínima de soja, outros deles, como Paraná e Mato Grosso produzem mais de sete milhões de toneladas do alimento, assim como Rio Grande do Sul e Goiás, que produziram, em 1999, 4,47 e 3,42 milhões de toneladas. Outros como o Mato Grosso do Sul, São Paulo, Bahia e Minas Gerais também apresentam uma produção que se destaca, acima de 1 milhão de toneladas, mas que quando vistas em relação aos estados do Paraná e do Mato Grosso, se tornam menos representativas.

A produção de soja no Brasil tem tido um crescimento espetacular, como nos revela o GRÁFICO 1 anteriormente mostrado, cujo índice de crescimento, relacionando os anos de 1997 a 1961, foi de 8700% !

O plantio de soja em grande escala revela prioridades da política agrícola brasileira que fazem hoje do Brasil o segundo maior exportador mundial de soja e derivados. Revela também a necessidade de uma modernização do território brasileiro que possa atender a essa produção e exportação, com a construção de objetos técnicos específicos e a preparação dos novos lugares para o plantio. Segundo BECKER & EGLER (1993: 21), “a soja, pouco conhecida no Brasil há 15 anos, graças a investimentos em melhorias

genéticas e no desenvolvimento de tratos culturais, venceu a barreira ecológica dos 'cerrados' e espalhou-se no Planalto Brasileiro". Hoje, a soja é o cultivar que possui a maior quantidade de terras disponíveis para seu cultivo, com 29,84% do total das terras para produtos agrícolas (Ministério da Agricultura, 2001). A área dos cerrados, como nos mostra o MAPA 1 concentra grande parte da produção brasileira de soja atualmente¹⁸. A reorganização espacial da produção de soja no Brasil é ainda analisada por GIORDANO (1999), que o faz a partir das regiões de Balsas (Bahia) e Barreiras (Maranhão). O estudo desses casos é relevante, pois como já dissemos, a relação entre diversas escalas geográficas permite aprofundar os conhecimentos da problemática estudada, através das diversas solidariedades que se firmam entre países, estados, municípios, regiões e lugares.

Para essas regiões estudadas, o autor nos mostra o expressivo aumento ocorrido na produção de soja, possibilitado pela combinação de incentivos territoriais em diversas escalas e condições morfoclimáticas e pedológicas regionais. O plantio se inicia graças a testes de novas espécies desenvolvidos pela Embrapa na década de 70, cujos sucessos atraíram, para Bahia e Maranhão, produtores especializados na cultura de soja dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. O crescimento do plantio e da colheita de soja é mesmo muito significativo nessas regiões: enquanto que no Brasil o total de área plantada com soja aumenta de 10,1 milhões de hectares em 1985 para 12,98 milhões de hectares em 1998, na Bahia o crescimento, no mesmo período, é de 63,0 mil hectares para 562,9 mil hectares. Portanto, o crescimento nesses dois estados é proporcionalmente maior do que a média brasileira (GIORDANO, 1999: 135).

A produção no país como todo era de 18,2 milhões de toneladas em 1985 e atinge 29,7 milhões de toneladas em 1998, e tem aumentado mais do que a área plantada, fato que pode ser observado também pelo ganho de produtividade. Se ela era de 1,79 toneladas/hectare em 1985, passa a ser de 2,37 toneladas/hectare em 1998. No estado do Maranhão a produção entre 1985 e 1998 aumenta de 9,0 mil toneladas para 343,8 mil toneladas, respectivamente, e a produtividade de 0,9 tonelada/hectare para 2,17 toneladas/hectare (idem, 1999: 136). Essas informações nos mostram argumentos para pensarmos as relações entre a área e a arena de produção no Brasil, análise que será feita adiante.

¹⁸ Em 1975 os cerrados respondiam por 6% da produção de soja brasileira; em 1982 por 22% da produção; e na safra de 1987/88 os cerrados responderam por 44,5% da produção nacional de soja (BECKER & EGLER, 1993: 21).

constantemente (em 1998 foram produzidos 20.087 milhões de litros, enquanto que em 1986 a produção foi de 12.492 milhões de litros), mas não é capaz de suprir a demanda interna, do que decorre o fato do Brasil ser um grande importador de leite, respondendo por 75% das exportações lácteas argentinas e 42% das do Uruguai (JANK, Marcos; FARINA, Elizabeth; GALAN, Valter, 1999: 52).

Tanto quanto a produção de soja, que encontra no cerrado benefícios territoriais e fiscais significativos, a produção de leite possui em Goiás uma situação favorável à sua expansão, que inclui a existência local de uma produção expressiva de grãos que podem ser utilizados para alimentação animal, mas principalmente aos incentivos públicos à produção, que incluem financiamentos do “... FCO (*Fundo Constitucional do Centro-Oeste*) e do BNDES, com taxas de juros mais baixas e prazos e carências mais altos que os oferecidos no mercado, [que] estimularam muitos produtores a adquirir animais de raças especializadas [...] estimulados pela crescente demanda por leite²⁰” (idem, 1999: 83).

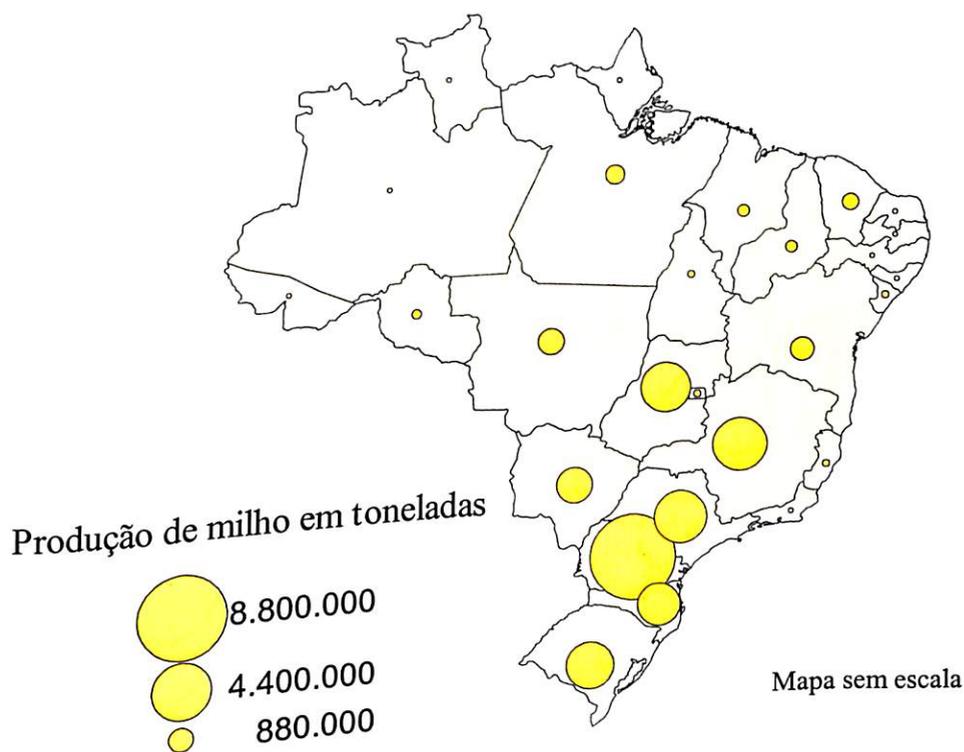
A redistribuição espacial da produção de leite, bem como de sua manufatura, envolve ainda questões ligadas à evolução tecnológica. As novas tecnologias, sejam a do leite desidratado (em pó) ou mais recentemente o leite em embalagem longa-vida, permitem que a localização da produção se dê onde for mais rentável, sendo posteriormente transportada para os lugares de consumo. E esse transporte pode ser feito da Argentina ou Uruguai para o Brasil ou de Goiás para São Paulo. Este novo elemento proporcionado pela técnica é indutor de novas especializações nos lugares, que através de investimentos específicos e programados podem realizar atividades antes inviáveis tanto do ponto de vista socioespacial quanto econômico, e redefine a importância das organizações locais e de suas relações com grandes empresas manufatureiras de produtos lácteos, que são quem de fato passam a impor sua lógica produtiva aos lugares e às pessoas, beneficiando-se das áreas mais aptas do território brasileiro para desenvolverem sua competitividade. O território brasileiro é assim tornado recurso (SANTOS, 1994), pois usado para a concreção dos interesses egoísticos de grandes empresas multinacionais de produção de alimentos. Mas o território é ainda abrigo, ou seja, sua organização e regulação permitem o desenvolvimento de atividades que não aquelas mais hegemônicas, e que apresentam solidariedades mais próximas e horizontais. Para o caso do complexo agroindustrial do leite, mesmo com o aumento da participação das grandes empresas no setor, ainda há uma porção de cooperativas regionais e locais, que englobam a

²⁰ “Consta em várias matérias publicadas na imprensa especializada que os produtores goianos adquiriram cerca de 60000 animais leiteiros nos últimos 3 anos do FCO” (idem: 83).

produção de pequenos fazendeiros e mesmo algumas cooperativas de grande participação no mercado nacional, como a Itambé, Paulista e Mansur (Leco, Vigor e Flor da Nata). Uma das características que permite a existência de cooperativas reside no fato de que a maior parte do leite produzido no Brasil é realizada por pequenos produtores, em pequenas propriedades e com rebanho não especializado. A maioria dos produtores brasileiros (64,4%) tem uma produção média de 50 litros de leite por dia (JANK, Marcos; FARINA, Elizabeth; GALAN, Valter, 1999).

O milho é outro cultivar cuja maior parte da produção concentra-se em alguns poucos estados, como nos mostra o MAPA 3 a seguir:

MAPA 3 – BRASIL: Produção de milho em 1999 (toneladas)



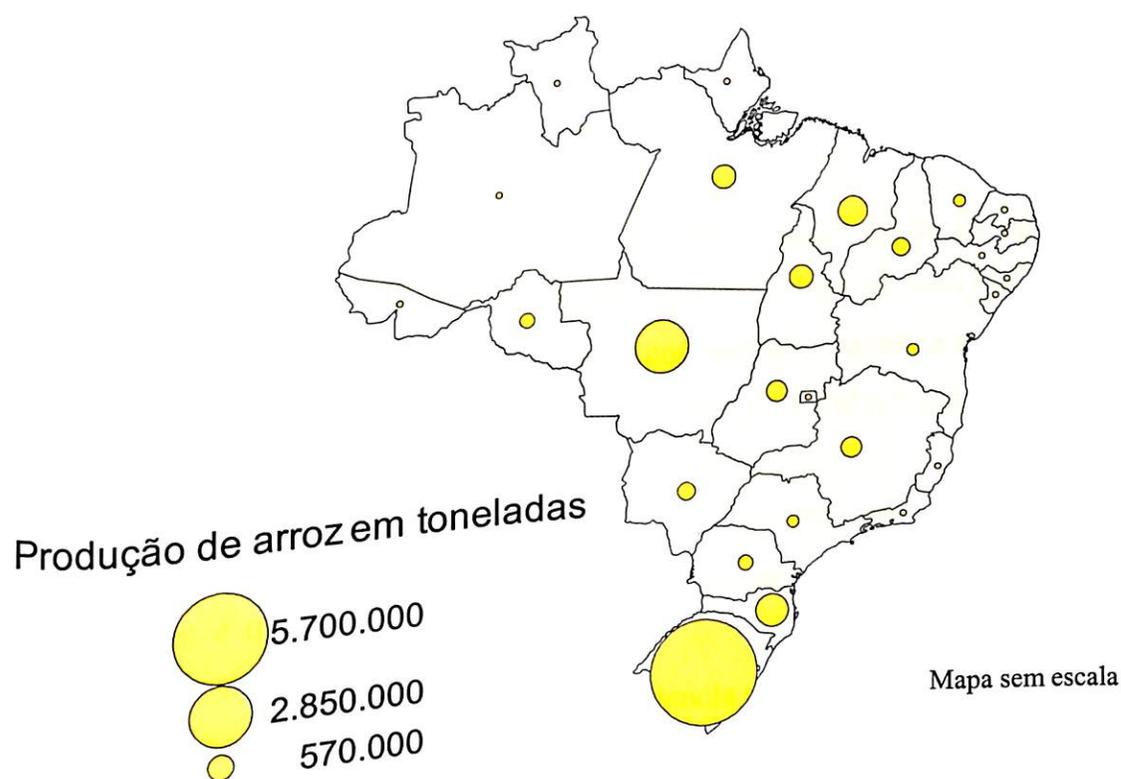
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

O estado do Paraná, maior produtor nacional, teve uma produção de 8,78 milhões de toneladas. É interessante lembrar que, conforme nos indica o MAPA 1, o Paraná é também o maior estado produtor de soja. Em seguida, os outros maiores produtores nacionais de milho apresentaram safras que variaram de 3,9 a 3,2 milhões de toneladas, e estão localizados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul, em ordem decrescente de produção, e coincidindo com as maiores produções de soja. Ainda a respeito do milho, mais dois estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm produção

acima de 1 milhão de toneladas. E se a soja possui a maior quantidade de terras para plantio, a área destinada ao cultivo de milho é 25,84% do total das culturas brasileiras.

Na produção de arroz (MAPA 4), também há uma grande concentração produtiva no território brasileiro, sendo que o estado do Rio Grande do Sul produz 5,6 milhões de toneladas. O segundo estado com maior produção é Mato Grosso, que teve uma safra de 1,7 milhão de toneladas em 1999. Os demais estados da Federação, e principalmente aqueles localizados nas chamadas regiões nordeste e norte, são os que apresentam as menores produções, situação que se repete para um grande número de produtos, como a soja, o milho, o leite.

MAPA 4 – BRASIL: Produção de arroz em 1999 (toneladas)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Esta análise sucinta desenvolvida sobre alguns produtos alimentares não objetiva criar comparações diretas entre a produção alimentar de um estado e suas características nutricionais, de mortalidade e morbidade, pois estaríamos assim desenvolvendo um determinismo que não se justifica atualmente. O objetivo maior da análise é o de revelar a chance da produção abundante que há no território brasileiro, que se prepara desigualmente para a produção agrícola e que, portanto apresenta significativas desigualdades na

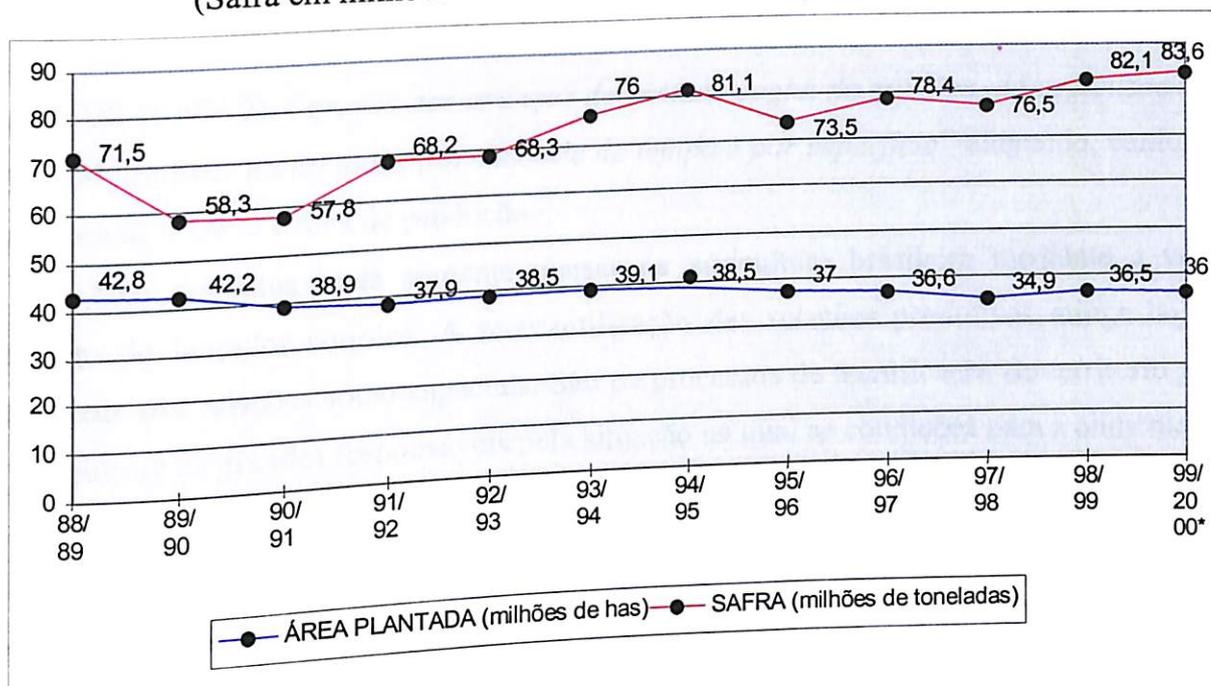
distribuição espacial de sua produção. A importância alcançada pela circulação no período contemporâneo, que se revela geograficamente através do crescimento das redes e dos fluxos materiais e imateriais no território nos indicam a possibilidade dada do acesso local de coisas não locais, ou melhor dizendo, do transporte de uma produção espacialmente concentrada mas passível de ser distribuída por áreas amplas e remotas. Toda a fluidez dada ao território brasileiro, característica intrínseca à difusão do meio técnico-científico informacional, gera novas especializações dos lugares e novas divisões do trabalho. Disso resulta uma alteração da relação entre a área e a arena de produção no Brasil. As várias fases da produção, do consumo, da distribuição são possíveis de realizarem-se em todo o território nacional (a ampliação da área), enquanto que a arena de produção, ou seja, a produção propriamente dita, se dá em áreas cada vez menores, selecionadas e continuamente incentivadas a manterem sua competitividade²¹, tanto através de incentivos privados como também de incentivos públicos que se destinam à preparação das infraestruturas territoriais de produção, circulação, comunicação e também por incentivos fiscais.

A redução da arena, ou em outras palavras, a concentração da produção em áreas menores e mais restritas é ao mesmo tempo resultado e incentivo do fomento à circulação pelo território. Como resultado, temos que a concentração da arena somente se pode dar a partir de um nível de preparação territorial que torne possível o deslocamento dos produtos de forma economicamente viável até os lugares de consumo; como fomento, existirá sempre uma demanda dos produtores e dos investidores para que se otimizem as estruturas preexistentes e que se desenvolvam novas estruturas, mais modernas e funcionais aos interesses econômicos.

A produção de grãos do Brasil nos evidencia as mudanças que tem ocorrido na área de produção, conforme nos mostra o GRÁFICO 8.

²¹ Milton Santos, *A urbanização brasileira*, 1994.

GRÁFICO 8 - BRASIL: Área de Plantio e Produção Brasileira de Grãos
(Safras em milhões de toneladas e área em milhões de hectares)



*Projeção.

Fonte: Folha de São Paulo, 06/03/2001, com base em Conab e CNA.

Este gráfico engloba toda a produção brasileira de grãos e sua colheita. É uma constante a tendência de queda das áreas cultivadas com plantações de grãos concomitante ao aumento da safra. Este fato revela um ganho da produtividade agrícola do setor, que tem como destaque, por exemplo, os anos de 1994/1995 e de 1998/1999, com altas taxas de produção e redução de área cultivada. As estimativas da colheita de 1999/2000 acentuam essa tendência de ganhos. Trata-se, empiricamente, da transformação das relações entre a área e a safra: a produção total de grãos amplia-se, enquanto que a área de cultura diminui. Embora não tenha sido objeto deste estudo, é possível imaginar o processo de modernização das técnicas de cultivo, que se mecanizam e aprimoram, tornando maiores os benefícios aos produtores e demonstrando de que forma as novas técnicas podem auxiliar no aumento da produção agrícola brasileira, e das mudanças que ocorrem na circulação desta produção, antes mais dispersa e agora cada vez mais concentrada mas que ao mesmo tempo se faz atingir num mercado de lugares e distâncias que se ampliam. A concentração da produção de grãos foi mostrada nos mapas anteriores, especialmente para as culturas de milho, arroz e soja (MAPAS 1, 3 e 4).

Não podemos desconsiderar as influências climáticas (chuvas, secas, geadas) e suas conseqüências sejam na produção animal ou vegetal. Mas reafirmamos que temos que desmistificar a crença de que o aumento populacional é um dos maiores perigos do planeta

nos séculos XX e XXI, pois as análises atuais e futuras da questão agrária devem considerar sempre os avanços tecnológicos que possibilitam melhorias nas sementes, no plantio e na colheita, o que resulta em uma maior produtividade por área plantada. Para SANTOS (1999: 2), *“graças aos avanços da biotecnologia, da química, da organização, é possível produzir muito mais, por unidade de tempo e por superfície”* alterando, conforme mostramos, a arena e área de produção.

Não podemos mais somente pensar na agricultura brasileira mediante a velha imagem do lavrador simples. A mercantilização das relações produtivas atinge hoje a totalidade das relações sócio-espaciais. São os processos de tecnificação do território para a agricultura os grandes responsáveis pela situação na qual as condições para a alimentação das pessoas existem. Dadas as condições técnicas da produção abundante, resta a discussão política sobre o controle hegemônico dos meios de produção, do uso corporativo do território brasileiro, da manipulação predominante com a qual as novas tecnologias se tornam formas com as quais as perversidades se prolongam. Nos dizeres de Maria Adélia de Souza, *“a esperança de enfrentamento da fome pelos progressos técnicos trazidos pelo desenvolvimento científico sucumbiu diante da perversidade da nova ordem mundial”* (1996: 25).

Assim é difícil desconsiderar, por exemplo, as novidades introduzidas pela agricultura de precisão, cuja finalidade consiste na *“... homogeneização dos resultados da produção em áreas fisicamente heterogêneas, por meio de diagnósticos e tratamentos das causas das diferenciações. Na prática, busca reduzir o custo de produção pela economia de insumos e otimização da exploração levando em conta o potencial localizado de cada trecho do campo cultivado”* (CASTILLO, 1999: 226). É a combinação de sofisticada gama de disponibilidades para a realização do anúncio do ganho da produtividade, que combinam exames laboratoriais de solos e plantas à análise de imagens capturadas por diferentes bandas espectrais de satélites, somando-se ainda intensa mecanização da área, na qual o maquinário é monitorado por aparelhos de localização global (GPS) que possibilitam a sistematização dos valores colhidos por tempo e por área. O conhecimento detalhado de porções menores da propriedade permite ainda a otimização da aplicação de insumos, feita de acordo com as necessidades de cada talhão da propriedade. A integralização e a combinação das informações obtidas permite ao proprietário a criação de um banco de informações sobre a área, que acaba por se constituir em um novo dado fomentador da renda diferencial da terra (CASTILLO: 1999).

Da mesma forma, a manipulação genética ligada à agricultura se constitui por

novas formas de produzir, sendo a característica que mais se acentua nos processos biotecnológicos. SEILER (1998: 47), considera que “... a ‘biotecnologia’ não é nem uma disciplina nova nem um campo específico da tecnologia como, digamos, a microeletrônica. Ao contrário, a biotecnologia é todo um espectro de novas técnicas e métodos (=biotécnicas), que estão se influenciando e aperfeiçoando mutuamente cada vez mais, bem como melhorando a eficácia de instrumentos estabelecidos, como por exemplo na área do melhoramento convencional”.

As inovações conseguidas pela biotecnologia podem ser desenvolvidas para qualquer cultivar, sendo assim adaptáveis às necessidades alimentares particulares de um país e de sua cultura. Mas talvez o maior diferencial das novas técnicas seja a possibilidade de adaptar a planta ao seu “entorno geoclimático” (SEILER, 1998): normalmente, por exemplo, para a cultura de determinada espécie melhorada de milho, haviam condições necessárias a serem consideradas, como temperatura média e precipitações ideais, sistemas de irrigação, adubos e inseticidas entre outros. Pode-se agora desenvolver espécies que sejam melhor adaptadas às características do lugar de cultivo, ao clima seco ou úmido, quente ou frio, a pragas, e que são menos necessitadas de formas de correção das características locais²².

A agricultura de precisão e a biotecnologia são normalmente aplicadas em grandes propriedades monocultoras, do que decorre uma nova estrutura fundiária característica desse desenvolvimento técnico-científico. A paisagem agrícola é reveladora, nesses casos, da presença intermitente de uma racionalidade produtiva capitalista, atrelada ao mercado mundial de mercadorias e *commodities*, com grandes propriedades cobertas de uma mesma cultura, mecanizadas, e cuja proliferação pode aumentar o desemprego rural e a pobreza no campo²³. Com freqüente presença de grandes empresas e proprietários de grande poder, essas propriedades são beneficiadas por investimentos estatais em infra-estruturas que permitem uma rápida fluidez das mercadorias pelo território nacional e para o exterior, bem como a constituição de bases seguras de comunicação rápida e em grande quantidade, que permitem as trocas e o controle informacional entre as empresas e os produtores, as matrizes e as filiais.

²² “A reunião da revolução do computador e da revolução da biotecnologia num complexo tecnológico único, prenuncia uma nova era de produção de alimentos – dissociada da terra, do clima e de mudanças de estação, agentes que sempre foram condicionantes da produção agrícola” (RIFKIN, s.d.: 132).

²³ “...a introdução de novas técnicas muda as estruturas agrícolas bem como as estruturas sociais” (CASTILLO, 1999: 124).

As evoluções tecnológicas agrícolas, a biotecnologia e a agricultura de precisão criam possibilidades múltiplas de eliminação da subnutrição e da fome, pelo cultivo de alimentos em grande quantidade, com qualidades selecionadas e com altas taxas de produtividade por área cultivada, mas “a atual direção do desenvolvimento da biotecnologia agrária é dominada pela agenda de pesquisa dos países industrializados [e de suas empresas]. Assim, a maior preocupação não é a concretização do potencial que as novas técnicas oferecem para combater a fome e a desnutrição de um modo altamente específico e com alvos determinados, mas sim, quase que exclusivamente os interesses do lucro das empresas do Norte (SEILER, 1998: 53).

A disseminação das novas tecnologias agrícolas é acompanhada pela ideologia do fim da fome, discurso que visa justificar politicamente sua expansão, pelas empresas e pelos governos, num mundo de pobres e subnutridos, a ela estando atrelado o conceito de segurança alimentar. A questão que se impõe, verdadeiramente, trata do controle sobre a alimentação das pessoas, o alimento como arma de negociação e instrumento de poder. Já em 1987, 93 dos 100 principais grupos agro-industriais localizavam-se nos EUA, na Europa ou no Japão, conforme pode ser visto na TABELA 1 a seguir.

TABELA 1 - Os cem maiores grupos agro-industriais no mundo
(segundo faturamento, em 1987)

Nacionalidade da matriz	Número de indústrias
Estados Unidos	33
Grã-Bretanha	20
Japão	16
França	9
Canadá	5
Holanda	4
Suíça	3
Itália	3
Outros	7

Fonte: DELPEUCH, 1990: 46.

Neste mesmo ano, os EUA concentraram 47% do faturamento do setor e detinham, entre 1986 e 1988, o controle sobre a grande parte dos principais produtos agrícolas exportados, como mostram os dados da TABELA 2 (DELPEUCH, 1990). Este “pequeno

número de grupos com posição dominante no mercado, exerce de fato papel de controle do território, via produção e consumo. Empresas internacionais estão cada vez mais presentes nesse jogo” (SANTOS, 1994: 101), Essa concentração de indústrias em poucos territórios atribui a ambos um poder de negociação internacional desigual na produção e no comércio mundial de alimentos.

TABELA 2 - Participação dos EUA nas exportações mundiais (média entre os anos 1986 - 1988)

Alimento exportado	Participação dos EUA (%)
Trigo	36%
Soja	49%
Milho	68%

Fonte: DELPEUCH, 1990: 34.

Ainda tratando da questão das grandes empresas ligadas aos alimentos, temos que para o Brasil, no ano de 2000, entre as 20 maiores empresas do setor de alimentos em vendas, 12 são empresas estrangeiras e 8 nacionais. Se considerarmos as 10 maiores, temos que apenas 2 são brasileiras (TABELA 3).

TABELA 3 – BRASIL: As 20 Maiores empresas do setor de alimentos por vendas – 2000

Nacionalidade	Número de empresas
Brasil	8
EUA	5
Bermudas	3
França	2
Itália	1
Suíça	1

Fonte: EXAME, 2000.

Esta classificação do setor de alimentos impede a observação do desempenho de um grande número de empresas que não se atêm mais a apenas um único setor, mas que diversificam sua produção abrangendo áreas ligadas à química, à biologia, à farmacologia e à produção de insumos, entre outros.

É possível verificar que, no caso das indústrias do setor de alimentos, há uma predominância de empresas de sede em outros países, notadamente mais ricos. Disso decorre a existência de novos usos do território brasileiro, que se dão pelas estratégias territoriais dessas empresas com base em decisões e normas provenientes das suas sedes e aplicadas em suas filiais. O território é mais uma vez recurso do capital internacional, assim considerado como mercado a ser conquistado e mantido.

RAFFESTIN (1993) nos diz que o processo de produção depende de dois elementos: energia e informação. A primeira é realizada e controlada pelo produtor no campo; a segunda é cada vez mais externa, foge ao seu controle e não depende de sua decisão. Daí as novas demandas da tecnologia agrícola moderna se basearem na informação, que se caracteriza como a geratriz dos processos de capitalização do campo, feita preferencialmente em busca de uma paisagem livre e despovoada, capaz assim de aceitar facilmente os novos objetos e objetivos das técnicas modernas, que não precisam dessa forma se impor e disputar com técnicas e formas anteriores. A agricultura de precisão e a biotecnologia, bem como as inovações técnicas agrícolas em geral, são casos típicos: baseiam-se principalmente em processos técnico-científicos nos quais a informação, as normas de uso, de plantio, de colheita, de armazenamento e de transporte, são requisitos essenciais para os novos ganhos de produtividade. O trabalhador agrícola é cada vez mais tornado alienado em relação ao cultivo total, bem como o espaço nacional, que se aliena de seu povo, e ambos se tornam usados para a reprodução do capital internacional.

Ainda segundo SEILER (1998), é comum que as empresas de biotecnologia não se atentem no desenvolvimento de espécies resistentes a doenças e pragas, mas sim novas variedades tolerantes ao uso de defensivos agrícolas comercializados pela mesma empresa, permitindo que estes possam ser pulverizados livremente sem causar danos à espécie e à produtividade, ou como nos diz RIFKIN (s.d.), as novas espécies são desenvolvidas para que as máquinas agrícolas possam ter sua engenharia otimizada, e então pode se falar de uma engenharia de produção de novas espécies vinculada a uma engenharia de produção de máquinas.

Uma reflexão: se a busca constante por aprimoramentos em alguns poucos alimentos transmite a impressão de que se aumenta a resistência destes alimentos a pragas, doenças e intempéries, também é verdade que, quando se possui um grupo restrito de alimentos que sustentam a alimentação mundial, qualquer novo elemento desequilibrador e inesperado pode acometer uma crise na produção como antes não era possível, já que o

mesmo alimento se espalha pelo mundo tornando-se potencialmente susceptível a este novo elemento, uma vez que as redes e os fluxos de objetos, produtos e manufaturas se dá, rapidamente, entre todos os lugares. Como nos diz MOONEY (1987: 13), “*a uniformidade genética de uma cultura é um convite para uma epidemia devastadora*”, e as monoculturas, mais sensíveis a pragas e doenças, necessitam de mais herbicidas. A Monsanto – grande empresa de *agribussines* – já testa em território brasileiro a soja *Roundup Ready*, que não é afetada pelo defensivo de sua marca de mesmo nome (*Roundup Ready*, cujas vendas no Brasil ultrapassam 2 milhões/litros por ano); a Aventis (do grupo Rhodia) testa o milho transgênico *Liberty Link*, tolerante ao herbicida homônimo. A Embrapa tem acordos de parceria firmados com a Monsanto e outras indústrias, tais quais a Rhodia Agro e a Cyanamid, nos quais um dos objetivos principais é o desenvolvimento de novas plantas resistentes aos inseticidas específicos produzidos e patenteados por cada uma das empresas (O Estado de São Paulo, 25/09/98; 02/10/98; 20/03/99; Folha de São Paulo, 13/06/00).

Esta estreita ligação entre órgãos governamentais e empresas privadas, e o exclusivismo de produtos de uma mesma empresa, objetivam a consolidação, no Brasil, de monopólios e oligopólios sobre o comércio agrícola: a mesma empresa é a fornecedora das sementes e dos insumos específicos requeridos para o seu desenvolvimento ideal. O grande interesse das grandes empresas mundiais em dominar a capacidade de controle técnico de novas sementes é parte deliberada de suas estratégias de hegemonia sobre as fases e os processos de produção no campo, pois “*controlando-se as sementes, caminha-se para o controle de todo o sistema de alimentos: as culturas que serão plantadas, os insumos que serão usados e onde os produtos serão vendidos*” (MOONEY, 1987: 51).

De tudo isso, não podemos nos esquecer da reflexão que faz Yves LACOSTE (1988: 20-23), a de que a modernização agrícola pode ser responsável por acentuar a carência nutricional uma vez que a adoção dos modos “civilizados de alimentação” implicam no abandono das formas locais de alimentação antes existentes. As novas necessidades surgidas com o incentivo à mercantilização dos alimentos levam a população a trocar a aquisição de alguns alimentos por outros, e nem sempre esta troca é vantajosa no que se refere às quantidades energéticas e protéicas. A civilidade impõe o que Josué de Castro chamou de *monotonia alimentar* (1951: 43).

Outro ponto a ser destacado é o de que as formas anteriores ao que se denomina modernização agrícola baseavam-se mais intensamente na policultura, ou seja, no cultivo de vários produtos numa mesma área ou em áreas próximas. Em contraponto, o incentivo à

monocultura como busca da competitividade e da eficiência capitalista transforma essa relação, e “... ao se calcular a área e a nutrição por hectare, um sistema biodiverso produz mais nutrição. O sistema de agricultura industrial acabou com a diversidade de plantações e a substituiu por monoculturas [...]. Isso cria deficiências de nutrientes” (SHIVA, 2001).

Atualmente, a visão monetarista priorizando a agricultura como *commodity* e como elemento regulador da balança comercial brasileira se mantém: o Ministro da Agricultura do Brasil, Pratin de Moraes, tem dito na imprensa que “... o Brasil investirá em qualquer tipo de mercado rentável, seja de transgênicos ou de orgânicos” (Folha de São Paulo, 13/06/00), e projeta uma situação futura que priorize cada vez mais a exportação de produtos agrícolas com a finalidade de gerar divisas para o país (Jornal do Senado, 15/03/2001).

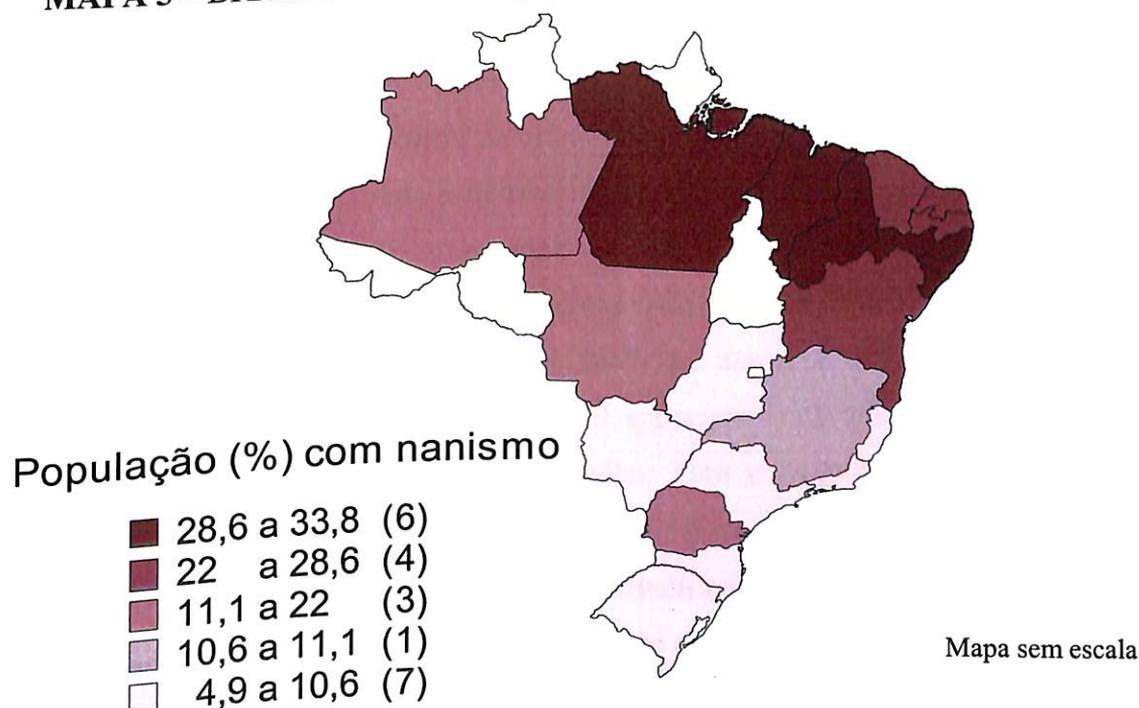
4

FOME, SUBNUTRIÇÃO E AS DESIGUALDADES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Ao mesmo tempo em que o Brasil revela-se um território que se moderniza, da produção abundante de alimentos, da grande produção industrial, muitas outras informações nos mostram que as desigualdades presentes em seu território não cessam, ao contrário, ampliam-se. A fome, em seu aspecto biológico quantificado pela subnutrição ou pelo nanismo, é talvez o mais perverso revelador da imensa penúria em que vivem milhões de brasileiros. Mas há um número maior de informações que nos permitem realizar aproximações sobre as situações da população e do território brasileiro no tempo presente.

As primeiras informações que apresentamos dizem respeito à subnutrição e ao nanismo. Embora os dados mais recentes que possuímos sejam de 1989, eles são válidos para as interpretações que almejamos.

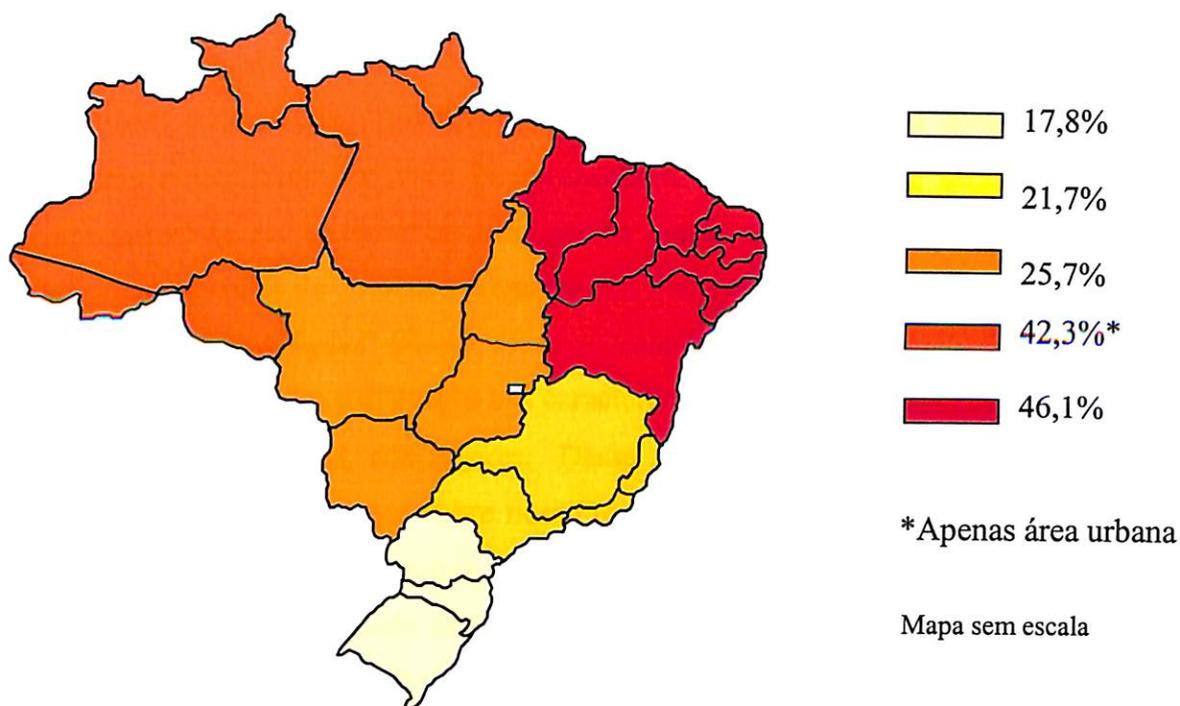
MAPA 5 – BRASIL: Prevalência (%) de retardo de crescimento na infância - 1989*



*Para os estados em amarelo não há dados disponíveis.

Fonte: HOFFMANN, 1994: 7; e MONTEIRO, 1995: 5. Com base na Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição de 1989.

MAPA 6 –BRASIL: Prevalência Total (%) de desnutrição em crianças até 5 anos por região - 1989



Fonte: Adaptado de HOFFMANN, 1994: 6

O MAPA 5 permite-nos notar que há um grande percentual de crianças com retardo de crescimento. Segundo MONTEIRO (1995: 3), “a proporção destas crianças [com estatura muito abaixo do normal] em populações sadias e bem nutridas não deve ultrapassar 2,3%”. A existência de porcentagens elevadas de crianças com estaturas abaixo do normal é importante pois possibilita a verificação da existência de desnutrição através da impossibilidade do alcance do desenvolvimento potencial e normal do organismo. Quando se analisam as pesquisas realizadas no Brasil a este respeito, nota-se que mesmo os estados que apresentam os melhores números estão em má situação (Santa Catarina, com o melhor resultado no Brasil apresenta mais que o dobro do considerado admissível), mas alguns deles, como Paraíba, Pará e Maranhão mostram valores que indicam um estado de carência alimentar/nutricional grave.

Cotejando esta análise àquela possibilitada pelo MAPA 6, podemos notar que os estados brasileiros que apresentam maior número de crianças com altura inferior ao normal localizam-se, majoritariamente, na Região Nordeste, onde se encontra a maior incidência de crianças possuidoras de algum grau de desnutrição. Já quando se destacam os estados com menor existência de crianças com altura irregular, estes localizam-se nas Regiões

Sudeste e Sul, que apresentam menores índices de crianças desnutridas. Mas não podemos tornar as análises destes dados como favoráveis às essas duas últimas regiões, pois mesmo nelas os índices são altos e desumanos.

A sistematização dos dados disponível para o MAPA 6, dividindo o Brasil em “regiões” criadas pelo IBGE, é provocadora de distorções das análises geográficas pois refere-se numa situação do território já ultrapassada: primeiro porque esta divisão em regiões, por basear-se em critérios naturais não se presta como base explicativa para os fenômenos sócioespaciais do presente; segundo que nesse tipo de sistematização, todos os estados de uma mesma “região” (Norte, Centro-Oeste...) apresentam taxas de desnutrição idênticas, promovendo assim a distorção das características de cada um dos estados e, mais abruptamente, dos municípios, dos lugares. Dessa maneira devemos saber que, embora revelando informações importantes sobre nosso território, os dados generalistas eliminam diferenças apenas perceptíveis em outras escalas.

Juntamente com os indicadores de subnutrição e nanismo, é importante a exibição das taxas de mortalidade infantil por estados (MAPA 7), haja vista que estas três debilidades representam fenômenos de grande associação na realidade.

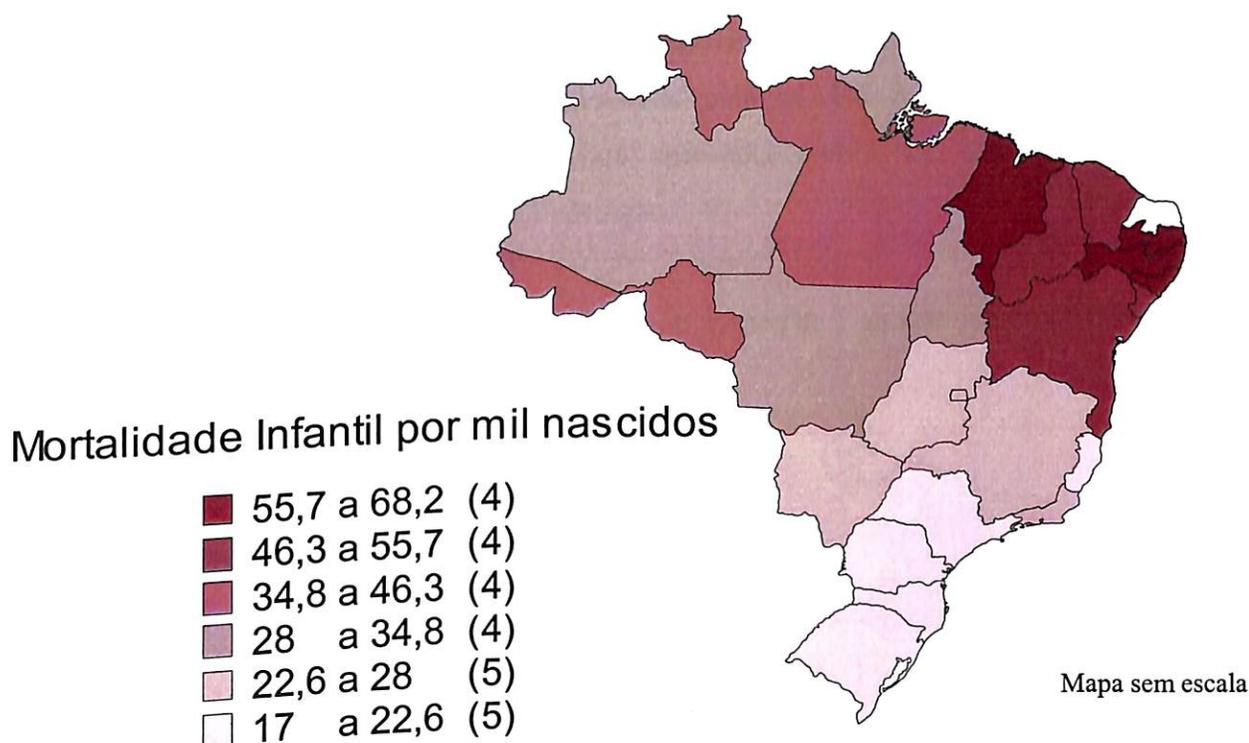
A associação entre subnutrição e mortalidade infantil já foi provada (PRYER, J. & CROOK, N., 1990): quanto maior a distância aos padrões normais de nutrição e nanismo, maior é o número de mortes em crianças. Quanto menor a idade, em anos ou meses, de uma criança, maior é sua necessidade de energia para o processo de crescimento. Uma criança de 1 ano necessita normalmente de 2,5 vezes mais energia do que uma de 7 anos (proporcionalmente, em quilogramas de massa corporal por dia), conforme mostrado na TABELA 4.

TABELA 4 - Necessidades nutricionais de bebês e crianças, por idade

	Idade (em meses)		
	0-5 meses	6-11 meses	12-35 meses
Energia (Kcal/Kg/dia)	120	110	100
Proteína (g/Kg/dia)	2.2	2.1	1.8

Fonte: (PRYER, J., CROOK, N., 1990: 18).

MAPA 7 – BRASIL: Mortalidade Infantil por mil nascidos em 1998*



*Para os estados em amarelo não há dados disponíveis.

Fonte: Estimativa da Mortalidade Infantil por Microrregiões e Municípios, IBGE, 2001.

As informações se sobrepõem e aqueles territórios estaduais com altos índices de subnutrição e nanismo apresentam também as maiores taxas de mortalidade. Enquanto que nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina nos quais a mortalidade é menos presente ela atinge índices em torno de 17 entre 1000 crianças, ou em São Paulo, em que o índice é de 19,8 por mil, naqueles em que ela é mais intensa esses números atingem valores superiores a 30 por mil, como em Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins; agrava-se mais no

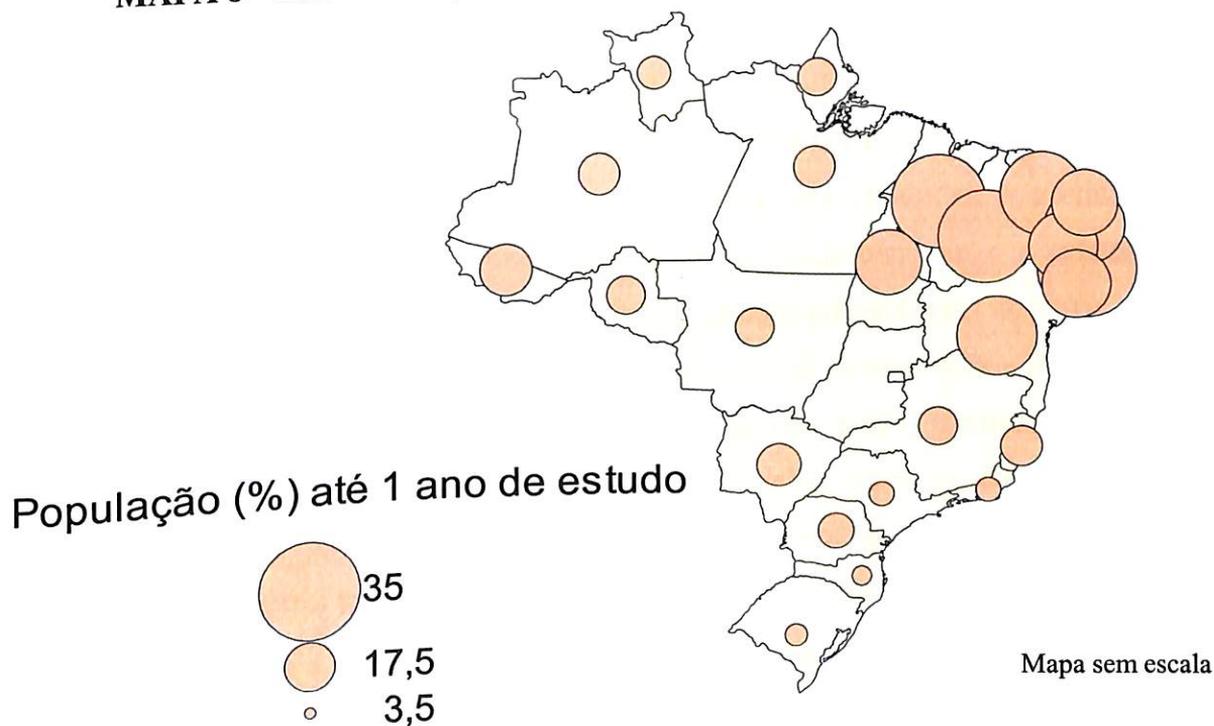
Piauí, Acre, Sergipe, Bahia, em que a taxa é superior a 40. A situação mais dramática existe nos estados do Ceará (53,3), Maranhão (55,7), Pernambuco (59), Paraíba (61,4) e Alagoas, que apresenta o impressionante número de 68,2 mortes para cada 1000 crianças até 5 anos!

Mas quais outros elementos que poderiam ser pensados para a revelação, a partir do uso do território brasileiro, de desigualdades, de outras manifestações das perversidades do modelo de desenvolvimento e que podem ser captadas com outros elementos além daqueles que quantificam a fome?

Podemos pensar, por exemplo, de que maneiras se apresentam os aspectos ligados à educação pelo território brasileiro. Essa é a análise que a seguir desenvolveremos e que partirá de duas bases: a primeira considera o grau de escolaridade mais elementar, que trata das pessoas com menos de 1 ano de estudos; o outro mapa (MAPA 9) nos mostra a distribuição espacial das instituições de ensino superior pelo território brasileiro.

No primeiro caso da análise, mostrado pelo MAPA 8, é reveladora a grande porcentagem da população brasileira que apresenta menos de um ano de estudo, principalmente em alguns Estados da Federação:

MAPA 8 – BRASIL: População (%) com menos de 1 ano de estudo (1996-1999)*



*Informações não disponíveis para a área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

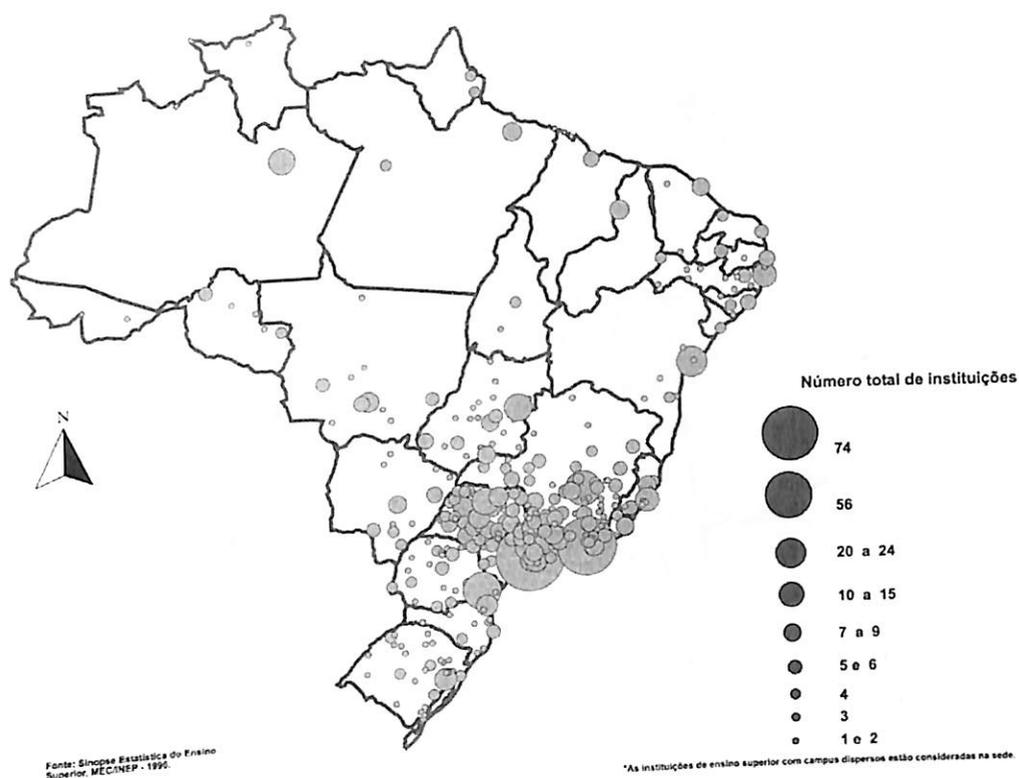
Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

Há no território brasileiro grandes disparidades entre os estados. Se de forma geral todos apresentam uma taxa significativa de pessoas pouco escolarizadas, em alguns deles a situação se mostra mais preocupante: Alagoas, Maranhão e Piauí têm mais de 30% de suas populações enquadradas nesse nível de escolaridade; Bahia, Paraíba, Ceará também apresentam índices que se aproximam de 30%. Outros como o Acre (18,7), Tocantins (23,4), Rio Grande do Norte (23,5) e Sergipe (24,1) também possuem taxas elevadas. Mesmo nos estados em que o nível de escolaridade é mais alto, mais de 7% da população não possui 1 ano de estudo, como no caso de Santa Catarina (7,1), Rio Grande do Sul (7,6) e Distrito Federal (7,6).

A perversidade desses números revela a exclusão a um dos direitos mais essenciais da vida humana, ou seja, o direito ao conhecimento, desenvolvido ao longo da história pela humanidade, tão essencial quanto alimentar-se, morar e ter cuidados na saúde. Mais que isso, a ausência das bases da educação é um fator explosivo das desigualdades ao impossibilitar o acesso amplo às informações das mais simples às mais complexas, ao restringir o mercado de empregos, ou seja, impedir a obtenção de renda e a possibilidade de consumo, ao interferir até na subsistência. Esta reflexão é tornada mais densa quando retomamos a caracterização do período histórico atual, no qual a informação, em todas as suas formas, é um fator decisivo da produção, mas também da libertação da alienação, uma vez que o controle seletivo do conhecimento surge no presente como forma de poder e de domínio sobre o território e a população.

A distribuição territorial das instituições de ensino superior (MAPA 9), nos revela outro aspecto importante das origens sócioespaciais das desigualdades. A participação no ensino, o sua falta, incorpora elementos como renda, analfabetismo, e a existência das instituições nos lugares. O MAPA 8 nos mostra a grande porcentagem do povo brasileiro impossibilitado de cursar universidades, ou mesmo escolas fundamentais. A concentração espacial de instituições geradoras dos atuais conhecimentos técnico-científicos, as universidades, é simultaneamente um outro fator impulsionador de diferenças entre os lugares, na medida em que essas instituições são abundantes em alguns territórios específicos, como SP e RJ, e escassas, ausentes em grande parte do restante do território. Essa situação conduz a novas divisões do trabalho, a novas especializações produtivas nos lugares e novos fatores de atração. A produção de alimentos hoje guiada por uma lógica científica, técnica e informacional depende desses centros produtores de inovações.

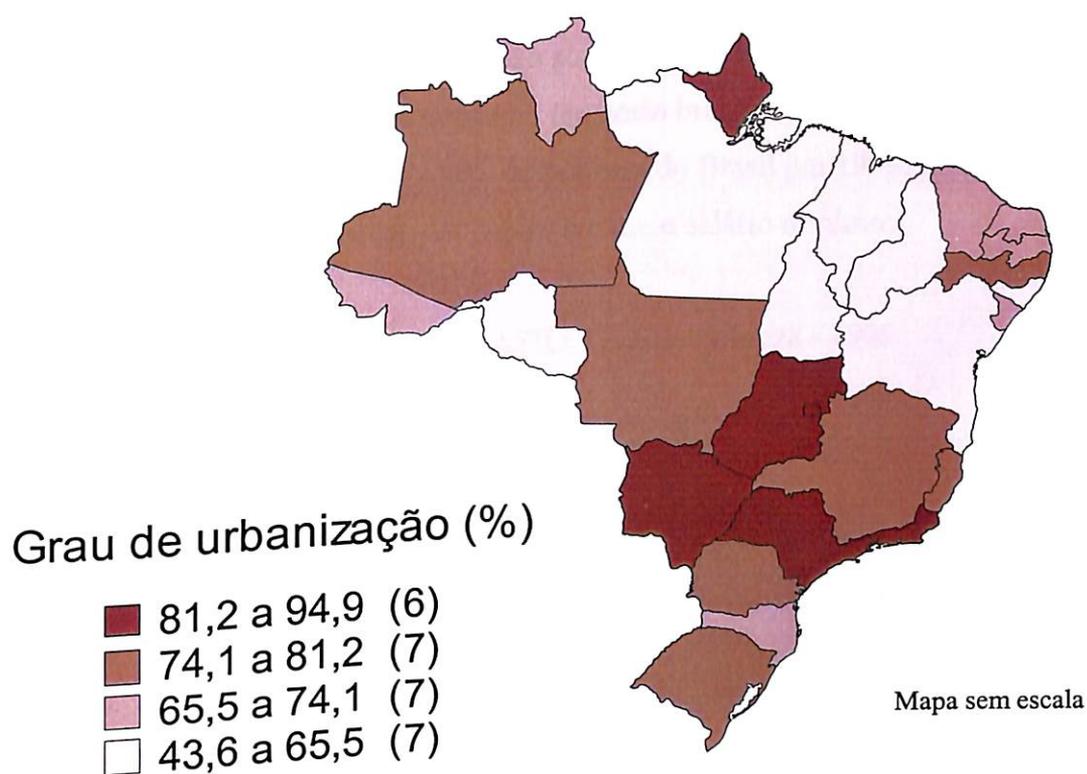
MAPA 9 – BRASIL: Distribuição Geográfica das Instituições de Ensino Superior - 1996



Fonte: SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura, 2001.

Os temas que estamos relacionando para revelar desigualdades sócioespaciais apresentam um dado fomentador importante de ser abordado, e que diz respeito à urbanização dos lugares. A urbanidade impõe uma base material ao processo de modernização praticado pelos governos estatais, e implica, a partir de seus incentivos, reorganizações produtivas na cidade e no campo. A primeira acaba por receber números crescentes de pessoas, enquanto o segundo é esvaziado.

MAPA 10 – BRASIL: Grau de urbanização - 1999



Fonte: IBGE, 2001.

À exceção do Maranhão, todos os demais estados brasileiros apresentam grau de urbanização superior a 50%. Na maioria dos estados este índice supera 70%, e em Brasília é superior a 90%. Se considerarmos os municípios-sede das Regiões metropolitanas brasileiras, onde se concentra a maior parte da população, teremos que a taxa de urbanização era superior a 88% desde 1980²⁴. A urbanização que esse impõe nos lugares através do planejamento responde por interesses que muitas vezes se opõem aos interesses locais.

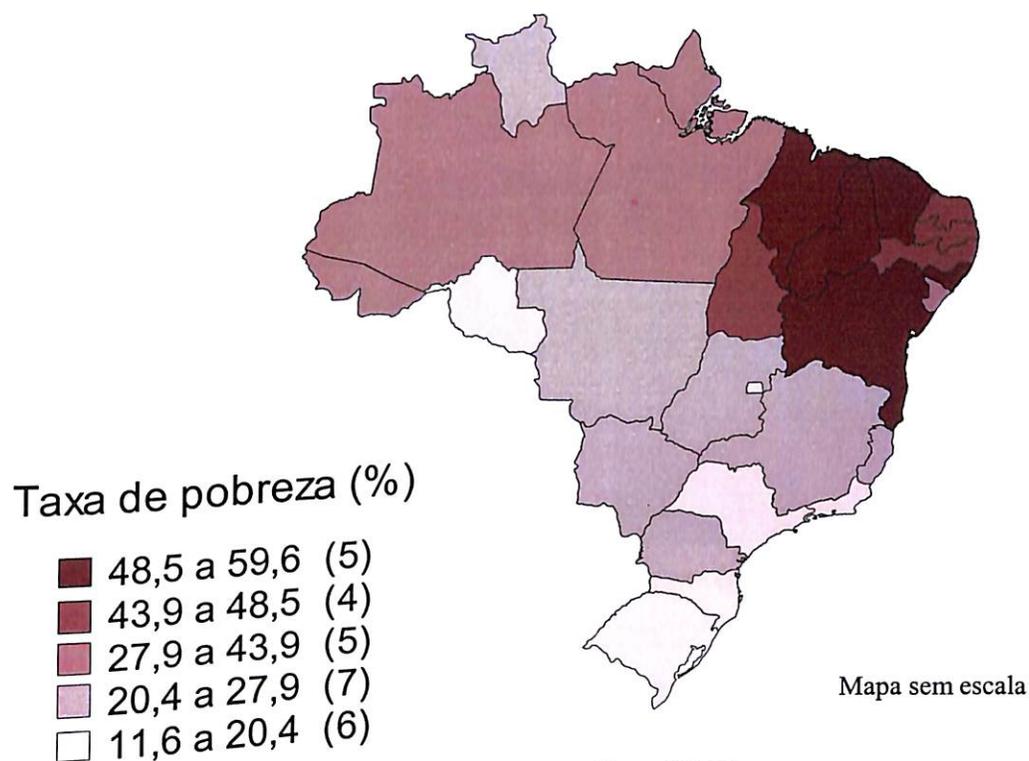
Os pobres migram em busca de coisas que não existem nos lugares onde vivem, pois ambos - os lugares e os pobres - são “esquecidos” pelo planejamento territorial, que transformado em técnica ignora o território como totalidade. Isto se presta à seletividade, aos privilégios desiguais entre os lugares, entre as classes. A maior concentração populacional fomentada pela urbanização produz efeitos perversos sobre a mortalidade infantil, o analfabetismo, a subnutrição.

Do ponto de vista econômico, podemos considerar mais um dos elementos da diferença: a distribuição de renda e a impossibilidade da participação num mercado de trabalho que ao mesmo tempo em que se moderniza se torna mais excludente. Qual a real

participação de milhões de pessoas com menos de 1 ano de estudo no mercado? Mais grave ainda é o fato de que esta situação é ignorada pela maioria das políticas públicas. É necessário relativizar, a partir da formação socioespacial brasileira, aquilo que se diz tratar-se da globalização, de sua real presença no território brasileiro.

O MAPA 11 nos mostra a taxa de pobreza do Brasil em 1999, ou seja, o percentual da população com renda familiar *per capita* até meio salário mínimo:

MAPA 11 – BRASIL: Taxa de Pobreza - 1999



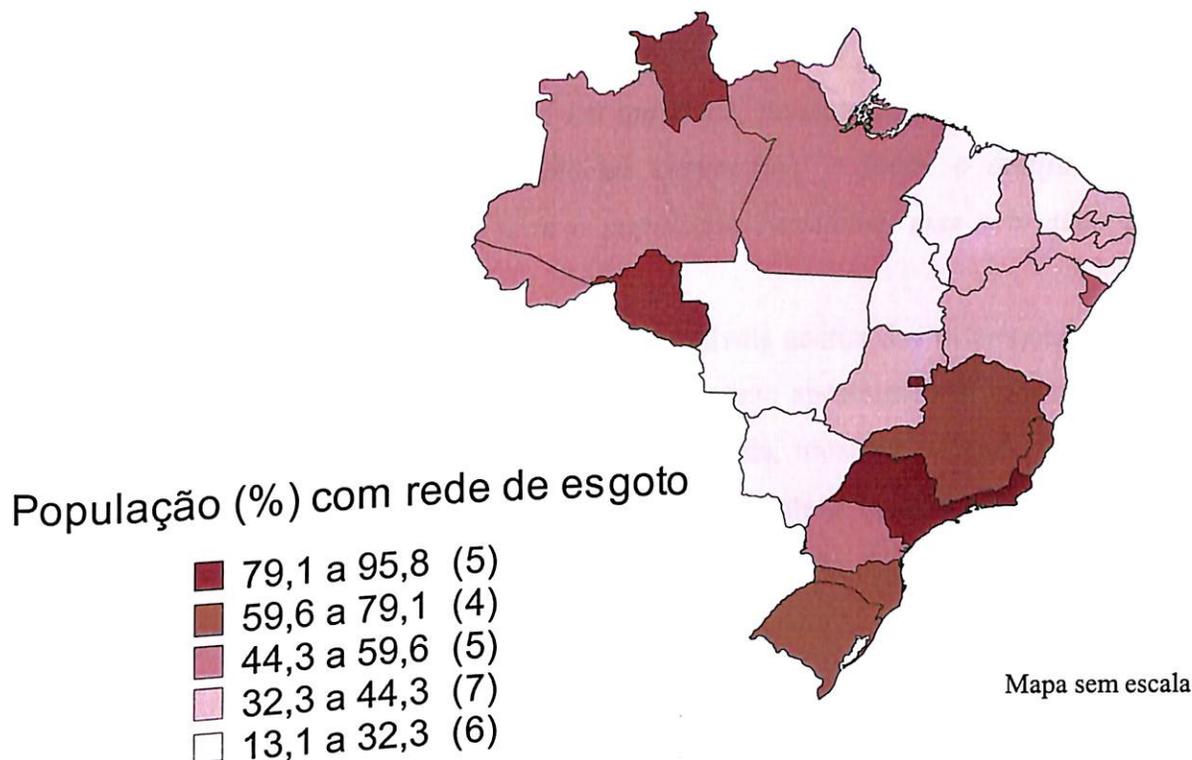
Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

Em estados como Ceará, Piauí, Alagoas e Maranhão, mais de 50% da população apresenta renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. Em outros como Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, mais de 40% da população.

O território brasileiro revela desigualdades que se constroem historicamente, e que se impõem, ao futuro, como norma e como materialidade. As diferentes densidades de infra-estruturas nele presentes refletem isso: combinam-se no território nacional áreas de diversas densidades. Comparando o MAPA 12 com o das produções agrícolas, nota-se que as áreas mais densas em infra-estruturas rodoviárias coincidem com as áreas em que há os

²⁴ SOUZA, 1994: 40.

MAPA 13 – BRASIL: População (%) com acesso à rede de esgoto - 1991



Fonte: DataSUS, 2001.

As condições sanitárias a que estão sujeitas a maior parte da população da grande maioria dos estados brasileiros são inaceitáveis. Mesmo que os dados mais atuais disponíveis sejam de 1991, a análise não perde sua função. Por se tratar de infra-estrutura com técnicas construtivas há muito conhecidas, e mesmo que o ritmo da construção das instalações sanitárias fosse lento, não há justificativa política para esta situação expressa pelo MAPA 13. Em Tocantins, Ceará, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no máximo 32% da população têm acesso a serviços da rede de esgoto. No Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Goiás, o índice de população com rede sanitária varia entre 32% a 44%. Os melhores índices aparecem nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima e Rondônia e Distrito Federal (entre 79% e 95%). No Nordeste brasileiro, mais uma vez coexistem as maiores defasagens de direitos. Ao discutir a questão social no Nordeste, Manuel Correia de Andrade diz: *“Alarmanes são as condições de habitação e saneamento básico, sobretudo quando se sabe que o Brasil está entre os dez países com maior produto interno bruto do mundo. É um contraste gritante quando se faz a comparação entre o seu produto interno bruto e os indicadores sociais...”* (1997: 109). Mas não tomemos esta observação apenas para o Nordeste deste país. É algo a ser pensado

para todo o nosso território. *“Em 1930 o Brasil era um imenso cafezal! Em 1980 é a oitava economia industrial do mundo capitalista! As implicações dessa dinâmica na vida do nosso país foram fantásticas e incomparáveis, pois essa tremenda riqueza, paradoxalmente, se reverte a cada dia em um cruel, persistente e agravante sistema de pobreza, com todas as suas conseqüências desumanas: a fome, o analfabetismo, as epidemias, a violência, que afeta toda a população brasileira, mas sobretudo os mais pobres”* (SOUZA, 1996: 26).

Dentre todo o leque de informações disponíveis acerca das diferenças internas ao território brasileiro, algumas, como a que anteriormente apresentamos, mesmo que numa análise ainda não totalmente concluída e sistematizada, mostram a feição geográfica do território brasileiro neste início de século. Conjuntamente a tantas redes, tantos objetos técnicos, tantas grandezas de produções, se mantêm a pobreza, a desigualdade dos direitos, do acesso ao território, às suas benfeitorias e suas características.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando mostramos estados brasileiros com grande produção e estados com grandes fomes, quando contrapomos a distribuição territorial das instituições de ensino; quando associamos elementos diversos aos indicadores tradicionais da fome não temos a intenção de propor relações deterministas e impregnadas por dualidades pautadas na presença/ausência. Falamos de desigualdades, dos usos diferenciados dados ao território brasileiro, do seu desenvolvimento desigual, mas simultâneo. Ao determinismo opomos a fluidez do território brasileiro, cada vez mais dotado das infra-estruturas capazes de dar mobilidade à produção.

Não produzir alimentos no mundo de hoje não pode ser sinônimo de fome. Josué de Castro já nos disse isso há cinquenta anos, compreendendo o papel do espaço como sinônimo de união entre os homens, como algo unitário e como elemento da existência humana. Nos diz ele numa analogia ainda organicista: *“... no mundo atual constituído como um organismo vivo e unitário, com todas as suas partes indissociavelmente ligadas, não é mais possível deixar-se impunemente uma região sofrendo fome – apodrecendo e morrendo de fome – sem que o mundo inteiro venha a sofrer as conseqüências dessa infecção local, e fique também ameaçado de morte”* (1951: 37). O mundo que Josué de Castro via unitário, é hoje ainda mais unido, tem fluxos materiais e imateriais sendo trocados incessantemente entre todos os seus lugares. O mundo é mais apreendido como unidade hoje do que ontem, pois a totalidade, com os avanços técnicos, é passível de ser empiricizada (SANTOS, 1999) e, portanto a multiplicação da fome hoje é ainda mais cruel, pois sua percepção multiplica-se, bem como as possibilidades de seu fim multiplicam-se.

As manifestações de carência, mais ainda, a escassez concreta e muitas vezes mortal, são também, por oposto e por mais que se desacredite, sinônimos de esperança, pois *“a experiência da escassez é a ponte entre o cotidiano vivido e o mundo. Por isso, constitui um instrumento primordial na percepção da situação de cada um e uma possibilidade de conhecimento e de tomada de consciência”* (SANTOS, 2000: 130). A privação conduz ao entendimento, à percepção da existência no mundo, à consciência da situação de cada qual, e indica o caminho à Política e à Solidariedade a partir dos lugares, esses *“espaços do acontecer solidário”* (idem, 1999). Josué de Castro (1951) afirmava que a fome é um dos motores da História.

A globalização parte de princípios econômicos para gerir um espaço que não é apenas econômico. O espaço reticular que a política de interesses e a técnica impõem ao território, seletivo e excludente, opõe-se ao espaço banal, ao espaço de todos os homens, de todas as manifestações, instituições, de todos os agentes sociais (idem, 1996; 2001). À competitividade global que é de poucos, que é das grandes empresas, resiste uma solidariedade das pessoas, que é dada nos lugares. E se tentam caracterizar o mundo atual como sendo o da competitividade, ele é de fato o da solidariedade, e o território não é das redes, mas sim patrimônio de seu povo.

O território brasileiro modernizado, apto a negociar com o mercado do mundo, têm suas características constantemente recriadas, requalificadas, atendendo solicitações das demandas externas. A política pública e o planejamento territorial transformam-se em viabilizadores de interesses privados e reproduzem o discurso do mercado perfeito e solucionador de problemas. Com a prevalência do dinheiro como motor e busca das ações, o homem passa a ser considerado um elemento residual (ibidem, 2000: 147). A totalidade do território é esquecida pela política, fato que contribui para o aumento de todas as desigualdades. Por não atender às demandas de seu povo, este acaba por produzir novas formas de vida, de sobrevivência, uma nova existência que produz uma racionalidade que se opõe à racionalidade hegemônica (SANTOS, 2000; SOUZA, 1999).

Mas *“a ancora da Geografia está no futuro. O passado serve como método, mas a construção do futuro está nele mesmo, mas agora como possibilidades, e não como probabilidades”* (SOUZA, 2001). E por isso a esperança persiste, não no tempo rápido da globalização, mas no tempo vivido dos homens. Esta outra racionalidade gerada ‘de baixo’ atesta *“a chegada do tempo da essência e não mais da aparência, que é controlado pelo mercado”* (idem, 2001), e se prova no próprio mercado restritivo, de acesso exíguo e excludente para a maioria da população do mundo.

Josué de Castro, na década de cinquenta, nos falava da transformação do homem, na passagem da era do “homem econômico” para a era do “homem social”, de *“... por o dinheiro a serviço do homem e não o homem como escravo do dinheiro. De dirigir-se a produção de forma a satisfazer as necessidades fundamentais dos grupos humanos e não deixar que o homem continue a matar-se estupidamente para satisfazer a insaciável ganância do lucro da empresa de produção”* (CASTRO, 1951: 23). Milton Santos, intérprete do mundo do nosso tempo, vê que no futuro *“a primazia do homem supõe que ele está colocado no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como uma inspiração para as ações”* (SANTOS, 2000: 147).

Então a Geografia faz-se mais presente, e *“os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para o seu trabalho, mas não para em seguida os separar em classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado”* (SANTOS, 1978: 219).

A esperança é renovada a cada novo momento, a cada nova situação que se impõe aos lugares. A busca pelo dinheiro tem em si sua finalidade, mas a busca pela Política, que se impõe, tem na existência da humanidade seu fim. O momento atual do mundo, e especialmente do Brasil, é o das maiores pobreza e das maiores desigualdades, e por isso a Política se faz mais presente do que nunca, de maneira institucionalizada ou não. O futuro são possibilidades (SANTOS, 1999). As bases técnicas do futuro promissor estão presentes nos lugares de forma concreta ou latente. As solidariedades que mantêm a vida nas situações mais impróprias e inacreditáveis reabilitam os objetos, e conseqüentemente sua racionalidade primeira. E podem a partir disso partir para um novo uso das técnicas, um novo uso do território, que atenda os princípios do homem, e dignifique sua existência.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Geografia e a questão social*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1997.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000 [1958]. 10ª edição.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973 [1968].
- BECKER, Berta & EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro, 1993.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial – uma tentativa de previsão social*. Imprensa São Paulo, Cultrix, 1977
- BOSI, Maria Lúcia. *A face oculta da nutrição: ciência e ideologia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1988.
- CASCUDO, Luis da Camara. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1983.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- CASTILLO, Ricardo. *Sistemas Orbitais e Uso do território: Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro*. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1999.
- CASTILLO, Ricardo. *Interpretações sobre o conceito de escassez para os estudos geográficos e de ciências sociais*. s.d.

CASTRO, Josué de. *Fome, um tema proibido: os últimos escritos de Josué de Castro*. Organização de Anna Maria de Castro. Instituto de Planejamento de Pernambuco, Companhia Editora de Pernambuco, Recife, 1996. 3º edição.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço*. São Paulo, Brasiliense, 1961. 7º edição.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome – Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. Rio de Janeiro, Livraria – Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1961.

Conferencia Internacional sobre Nutricion – Elementos principales de estrategias nutricionales. FAO, OMS. Rome, Italia, 1992.

CURTIN, Philip D. *Nutrition in African History*. In ROTBERG, Robert & SABB, Theodora. “Hunger and history – the impact of changing food production and consumption patterns on society”. Cambridge University Press, 1985.

DANTAS, Jovelina Brazil. *Desnutrição e Aprendizagem: experimento de campo sobre os efeitos da estimulação escolar na realização cognitiva de crianças em vários estágios nutricionais*. São Paulo, Ática, 1981.

DELPEUCH, Bertrand. *O desafio alimentar norte-sul*. Rio de Janeiro, Vozes, 1990.

GALEAZZI, Maria Antônia M. *A Segurança Alimentar e os problemas estruturais de acesso*. In “Segurança Alimentar e cidadania – a contribuição das universidades paulistas”. Campinas, NEPA, UNICAMP, 1994.

GEORGE, Pierre. *A Geografia no encaço da história*. In SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org) et al. “O Novo Mapa do Mundo - Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura Geográfica”. São Paulo, HUCITEC, 1994. 2º edição.

GEORGE, Susan. *O mercado da Fome*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. *Competitividade Regional e Globalização*. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1999.

HOFFMAN, Rodolfo. *A insegurança alimentar no Brasil*. Abril de 1994.

IANNI, Octavio. *Nação: província da sociedade global?* In SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. "Território: Globalização e Fragmentação". São Paulo, HUCITEC, 1996. 2ª edição.

INSNARD, Hildebert. *O espaço Geográfico*. Coimbra, Portugal, Livraria Almeida, 1982.

JANK, Marcos; FARINA, Elizabeth; GALAN, Valter. *O agribusiness do leite no Brasil*. São Paulo, USP, FIA, FEUSA, IPEA, 1999.

LACOSTE, Yves. *Os países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. 19ª edição.

MALTHUS, Thomas Robert. *Crescimento demográfico e produção de alimentos: primeiras proposições (1798)*. São Paulo, Editora Ática, 1982 [1798].

MINISTÉRIO DA SAÚDE / INAN. *Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição. Perfil de crescimento da população brasileira de 0 a 25 anos*. Brasília, IBGE/INAN, 1990.

MONTEIRO, Carlos Augusto. *Pobreza absoluta, desnutrição e desigualdades regionais no Brasil*. In BARROS, R. P. e URANI, A. (org) "Primeiro Relatório sobre desigualdade de renda e pobreza no Brasil. Parte II. Conseqüências". Rio de Janeiro, IPEA, março de 1995.

MOONEY, Pat Roy. *O escândalo das sementes – o domínio na produção de alimentos*. São Paulo, Nobel, 1987.

ORTIZ, Renato. *Um outro território – ensaios sobre a mundialização*. São Paulo, OLHO d'água, 1999. 2ª edição.

PROJETO FOME ZERO – VERSÃO 1. São Paulo, Instituto Cidadania, 2001

PRYER, J. & CROOK, N. *Cities of hunger: urban malnutrition in developing countries*.
Unnited Kingdon, Oxfam Pt Unit, 1990.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos. O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a
redução da Força Global de Trabalho*. São Paulo, Makron Books do Brasil
Editora, s.d.

RIBEIRO, Ana C. T. *Matéria e espírito: o poder (des)regulador dos meios de
comunicação*. In PIQUET, R & RIBEIRO, A. C. T. “Brasil: Território da
desigualdade - descaminhos da modernização”. Rio de Janeiro, Jorge Zahar
editora, 1991.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade
entre os Homens*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1994 [1750].

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a Geografia Crítica*.
São Paulo, HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. *A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo*. In
SOUZA, Maria Adélia Aparecida de et al. “O novo mapa do mundo: fim de século
e globalização”. São Paulo, HUCITEC, 1997b.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo,
HUCITEC, 1999. 4ª edição

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. *Da política dos estados à política das empresas*. In “Cadernos da
Escola do Legislativo” n.6, jul/dez. Minas Gerais, 1997.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *O retorno do Território*. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. "Território - Globalização e Fragmentação". São Paulo, HUCITEC, 1996. 3º edição.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, HUCITEC, 1998. 4º edição.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil – Território e Sociedade no início do século XXI*. São Paulo, Record, 2001.

SEILER, Achim. *Biotecnologia e terceiro mundo: interesses econômicos, opções técnicas e impactos econômicos*. In ARAUJO, Hermetes (org). "Tecnociência e cultura – ensaios sobre o tempo presente". São Paulo, Estação Liberdade. 1998.

SHIVA, Vandana. *Medo de comida*. In "Folha de São Paulo", 13/05/2001.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual – natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Maria Adélia A. de. *A identidade da metrópole – a verticalização em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1994.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Geografias da Desigualdade: globalização e fragmentação*. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. "Território - Globalização e Fragmentação". São Paulo, HUCITEC, 1996. 3º edição.

- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A Metrópole global? Refletindo sobre São Paulo*. In SOUZA, Maria Adélia A. de (org) et al. "Metrópole e globalização". São Paulo, CEDESP, 1999.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Globalização e efeitos perversos – Relendo a Geografia da Fome*. Aracajú, 1º Encontro Nacional da ANPEGE, 5 – 9 de outubro de 1995.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Anotações de aula da disciplina *Planejamento Regional*, oferecida no segundo semestre de 2001 ao curso de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *O lugar de todo mundo - A Geografia da Solidariedade*. Bahia, 1º Encontro Internacional de Geografia da Bahia, s.d.
- URBAN, Jonsson. *As causas da fome*. In VALENTE, Flávio Luiz Schieck (org). "Fome e desnutrição: determinantes sociais". Cortez Editora. São Paulo, 1986.

Jornais e Revistas Consultados:

Folha de São Paulo. 06/03/2001. *País planta menos e importa comida.*

_____ .13/06/00. *CTNBio avalia.*

O Estado de São Paulo. 25/09/98. *Aprovada soja transgênica da Monsanto.*

_____ .02/10/98. *Grupo francês produzirá soja transgênica.*

_____ .20/03/99. *RS interdita plantação de soja transgênica.*

Jornal do Senado. 15/03/2001. *Pratini prevê que o Brasil será o maior exportador mundial de carne.* Ano 7, nº 1256, Brasília.

EXAME. *Maiores e melhores de 2000.* Junho de 2000.

Sítios da Internet Consultados:

www.fao.org

www.datasus.gov.br

www.ibge.gov.br